

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de abril de 2021

Ata N.º 36

No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e quarenta e sete minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela

PONTO TRÊS – Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, para a transferência da dominialidade de troço da Avenida da Liberdade, em Águas de Moura

PONTO QUATRO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre Tejo e Sado)

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas.

- Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:
 - Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
 - Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
 - Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
 - Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;

- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Miguel Xavier Felicidade**, tesoureiro do executivo.
- **Sr. Jorge Manuel Marques Freitas do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de força maior, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, não justificou a ausência à sessão.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro o **Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

“Caros e caras membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, caros técnicos da Câmara Municipal, aos munícipes que eventualmente nos acompanham em casa através do youtube boa noite a todos, nós vamos novamente ter a nossa Sessão da Assembleia Municipal por esta via mista, ou seja entre uma parte dos Membros da Assembleia que estão presentes aqui em sala e a maioria dos Membros que estão nas suas casas e como já fizemos na anterior sessão, vamos mais uma vez procurar que tudo funcione. Simultaneamente, transmitimos pelo canal youtube para as pessoas que queiram assistir e, continua a ser uma tentativa de conciliar por um lado, aquilo que caracteriza o funcionamento normal das Assembleias Municipais, que é a presença de todos os membros de todas as bancadas, a presença e eventual participação de munícipes que nos querem muitas vezes interpelar, e as pessoas que podem simplesmente assistir, vamos conciliar isso por força do tempo que vivemos vamos conciliar isso, com a sessão que acontece também com os membros em casa. Na última vez, correu bem, vamos ver, às vezes a 2ª vez, podemos ter um bocadinho mais de confiança e isso podemos levar a facilitar, não é, por exemplo, eu estava aqui a falar pessoalmente convencida de que estava tudo bem e acho que o som estava péssimo, mas, vamos continuando, a melhorar.

A nossa sessão de hoje, hoje temos uma coisa boa nesta sessão é que temos aqui a presença do 25 de Abril e da alegria do 25 de Abril com estes cravos que nos presentearam, no dia 25 de Abril, para assinalarmos, justamente, o Dia da Liberdade, a conquista da liberdade e da democracia e, vamos imediatamente entrar na nossa sessão, começando por fazer a chamada para confirmar. Eu não consigo ver todas as pessoas que

estão em casa, já sabem isso, portanto os ecrãs de computador apesar de tudo não me permitem ver ao mesmo tempo, mas vamos conciliando entre a lista de presentes, por um lado as imagens que vou conseguindo ver, com o auxílio dos membros da mesa, já sabem que quando alguém fala, ganha automaticamente um lugar na imagem, portanto nós ficamos a ver-nos, quando não há intervenções, o ecrã mantém relativamente estático, portanto estou a ver apenas parte dos membros da assembleia.

Nesta sessão temos quatro atas para aprovar, temos neste período antes da ordem do dia, temos várias propostas sob a forma de moção e de saudação, são cinco ao todo, temos cinco documentos para serem abordados, e como sabem neste período antes da ordem d dia, isto tende a alongar um bocadinho a sessão, portanto vamos todos tentar ser relativamente, sumários.

Período de Intervenção dos Municípes

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

“Temos cinco documentos para serem abordados, e como sabem neste período antes da ordem do dia, isto normalmente tende a alongar um bocadinho a sessão, portanto, vamos todos tentar ser um bocadinho sumários. Temos uma Moção da CDU sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio, temos uma intervenção, que não sei exatamente como a classificar, na medida que o título não o refere, mas uma intervenção do PPD/PSD.CDS.PP sobre “Abril, mês da prevenção dos maus tratos na infância”, temos uma Saudação do BE ao 25 de Abril, uma Saudação do BE ao 1.º de Maio, portanto, são dois documentos diferentes, e uma Saudação do PS ao “1.º de Maio, Dia do Trabalhador”. Estes são os temas se não houver objeções estão aceites e, portanto, vamos iniciar a sua apresentação nesse sentido, eu convido a CDU a apresentar a moção sobre o aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio. Quem vai usar da palavra?”

Membro da Assembleia, Joaquim Pires.”

Moção CDU “Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio”

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Pereira Pires** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Está aberta a discussão sobre esta moção. Alguma observação que queiram fazer?

Tem a palavra pela bancada do PSD/CDS o membro da Assembleia e Colin Marques.

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Permitam-me que na figura da Sra. Presidente cumprimente todos os presentes e na figura do Sr. Presidente da Câmara, também cumprimente o restante executivo.

Já estávamos habituados que viesse uma moção ao 25 de Abril que é perfeitamente normal e legítimo é um dia sempre que inauguram um processo novo e diferente, podíamos celebrar outras datas que também podiam ser objeto moção, o 24 de Julho de 1833, por exemplo, que marca o início de consagração dos direitos de todos os portugueses, através de uma Constituição que deveria ser incluída no ano seguinte. Um processo semelhante, mas que envolveu efetivamente uma guerra civil ao contrário do 25 de Abril, que é apresentado como revolução, mas que ao contrário, foi um golpe de Estado, aliás, como se diz na própria moção, o que não retira o caráter popular que se deveu seguir embora para quem já nasceu em democracia, aquilo que nos deve fazer refletir e é isto que o 25 de Abril nos devia fazer refletir é o Estado da arte da 3ª República em Portugal. Eu digo isto numa altura em que setenta e dois por cento dos portugueses discordem parte ou totalmente que o estado é gerido de forma a beneficiar as pessoas, eu digo isto quando apenas dez por cento dos portugueses considera que Portugal é uma democracia em pleno, eu digo isto quando quarenta e cinco por cento dos portugueses discorda em parte ou totalmente que votar dá uma palavra às pessoas sobre a governação. Digo isto quando dezassete por cento da população portuguesa é pobre, quando um em cada três pobres têm um emprego e um emprego estável, quando setenta e sete mil pessoas emigraram no ano de dois mil e dezanove, e que quatrocentos e trinta e oito mil, pessoas emigraram nos últimos cinco anos.

Além de já termos sido ultrapassados no PIB per capita pelos dez países que aderiram à União Europeia em dois mil e quatro, nós aderimos dezanove anos antes. O que é uma coisa que é a prova provada pelo socialismo que efetivamente estagnou este país. A única coisa que não estagnou foi Estado não é, porque tal como dizia, José Miguel Júdice há dois dias, até parece uma septicémia a forma como abarcam todo o aparelho do Estado com cargos, fazendo que o clientelismo e amiguismo e o nepotismo sejam a sua grande imagem de marca.

Voltando aqui à moção propriamente dita, o problema da moção no nosso entender, é que os assuntos que traz, para além das questão das freguesias que ainda não compreendi em que é que, a agregação prejudicou assim tanto as populações, mas, pronto, é uma tomada de posição que se calhar até preferiam que houvesse muito mais freguesias, só aqui em Palmela podia haver a freguesia de Cabanas, podia haver a freguesia de Aires, podia haver uma série de novas freguesias dos Olhos de Água, Bairro Alentejano entre outros.

Quanto à Regionalização, a única coisa que eu vejo um país quando as regiões administrativas ou a Regionalização de Portugal, Portugal é do tamanho de uma Região Administrativa de Espanha, da Andaluzia ou da Catalunha, em número de habitantes quase, portanto, é essa questão da Regionalização para quê? É para criar mais estado? Mais empregos? Mais cargos políticos? É só nesse sentido que eu vejo esse afã pela regionalização e, pronto, tem dito, obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tenho um pedido do Membro da Assembleia José Carlos de Sousa.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Boa noite, Sra. Presidente, caríssimos elementos da Mesa, Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que estão em casa a assistir, técnicos da autarquia, boa noite a todos.

Esta intervenção do Colin, eu deixo claramente para o Domingos Rodrigues responder, não terei vontade de gastar tempo com ela, claramente. Relativamente a esta moção, eu não concordo, o socialista não concorda com o oitavo parágrafo na sua integra, é um paragrafo que podia perfeitamente ter sido evitado, mas a matriz do PCP, ou da CDU se quiserem, não lhe permite que não o faça, e entendemos isso com legitimidade e com a forma que caracteriza o partido, sendo que estes meios financeiros que aqui se falam neste oitavo parágrafo, são meios financeiros que ao contrário de outros tempos estão efetivamente a vir, nós podemos dizer que não chegam que não são suficientes, mas eles estão cá, a partir do momento em

que tenhamos estas competências, eles estão cá e temos que ter capacidade para intervir, temos que ter capacidade para reivindicar, temos que ter capacidade para procurar as soluções nos sítios certos, não só escrever ou dizer, que não temos e precisamos sempre o pacote financeiro para o pacote das competências, enfim, já ouvimos isto há muito tempo. De qualquer forma, não é este o oitavo parágrafo que retira o facto de nós irmos votar favoravelmente esta moção com três ou quatro notas:

A primeira tem a ver com as questões relacionadas com o Acordo Ortográfico, ou seja, no primeiro parágrafo, o ato já perdeu o "c", no quarto parágrafo, eu trocava, é uma sugestão quando diz no quarto parágrafo "A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras", eu diria que "culminou com as primeiras eleições livres".

Depois no nono parágrafo, os "projetos", o "atual" e até os "reacionários" perderam o "c".

Eram estas notas que deixávamos para esta a moção da CDU.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Pergunto aos Membros da Assembleia se mais alguém quer intervir?"

Temos um pedido em sala do Membro da Assembleia, Domingos Rodrigues, peço então que possa usar da palavra.

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Obrigado Sra. Presidente, através da Sra. Presidente cumprimento os que estão presentes, os que estão ausentes mas também presentes nesta sessão, e um agradecimento muito especial ao José Carlos que me incentivou a eu poder intervir também sobre esta moção e que claramente não irei perder muito tempo sobre ela.

Algumas coisas tenho que dizer. É tão importantes nós todos os anos apresentarmos uma moção ou uma saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio e este ano considero que ainda é muito mais importante. Todos nós sabemos que estas comemorações do 25 de abril e esta moção hoje apresentada é a última moção desta legislatura da Assembleia Municipal, mas também nos traz uma ideia muito clara, é porem aqui claramente as suas posições, eu percebo o José Carlos, perfeitamente, poderia perder um bom bocado sobre isto, mas creio que não vale a pena e como vão votar favoravelmente estarei de acordo com algumas questões que possa pôr, mas devia ser muito mais aprofundado. Mais não digo e, por isso, estou aqui a roda, mas também estou com grandes dificuldades.

Numa intervenção dos representantes da direita neste concelho e nesta Assembleia, que ao fim ao cabo andou aqui à roda, à roda, pouco falou sobre esta moção, mas que não definiu, mas claramente é se calhar muito mais importante falar nesta moção e assumirem claramente, com a experiência e daquilo que nós sabemos que, ao longo do tempo para a direita é uma grande facada, nós trazermos uma moção dos direitos e das regalias dos trabalhadores do 25 de Abril e do 1º de Maio e, portanto, dizendo que a história que foi trazida aqui teríamos muito para contar, mas é uma história que nós não estamos de acordo, conhecemos a história e sobre isso nos só temos que dizer, felizmente, foi o 25 de Abril e não o 24 de Abril por quem o defende que o defenda, mas nós continuamos a defender o 25 de Abril."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção?"

Não havendo, vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do BE) e cinco abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP, e dois do MIM).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passamos ao tema seguinte, desta vez apresentado pelo PSD/CDS, uma saudação sobre “Abril - Mês de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância” e eu pergunto quem é que vai apresentar?

Muito bem, então vamos ter uma apresentação remota uma vez que é a Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta, que vai apresentar.”

Saudação PPD/PSD.CDS-PP “Abril – Mês de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”

Tomou a palavra a **Sra. Teresa Marta dos Santos Joaquim** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também à Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta.

Perguntou se sobre este tema, alguém quer usar da palavra?

Dou a palavra então à CDU, Sr. Domingos Rodrigues.”

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre esta saudação, eu começaria quase pelo fim da minha intervenção anterior, só venho confirmar aquilo que eu tinha acabado de referir. Esta saudação fala em “Abril - Mês de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”, mas estamos de acordo com uma parte desta saudação, muito gostaríamos de dizer que isto é um bocado, pôr uma manta em cima contra o 25 de Abril, porque, de facto, andar aqui à roda só para falar isto, mas o 25 de Abril não foi isto, mas também e gostaríamos de dizer que, de facto, não estamos distraídos e dentro desta saudação é que nós poderemos aprová-la mas gostaríamos de ouvir os proponentes dela a questão no penúltimo parágrafo ou eu li-a muito mal, ou estou muito distraído, e não penso que tenha sido intencionalmente, mas, se calhar por falta de tempo, esqueceram-se.

Falam aqui em iniciativas de esforços que têm sido desenvolvidas por, várias entidade do nosso concelho. Eu acho que, de facto, se esquecer mesmo, então a Câmara não existe? O trabalho que a Câmara tem desenvolvido sobre essa matéria e todos nós conhecemos e até alguns serviços que também a Câmara extremamente importante no desenvolvimento desta matéria, gostávamos de saber se isto foi esquecimento ou se foi intencional. Se foi intencional nós dizemos, temos dúvidas na sua aprovação, mas se não foi intencional que ponham a Câmara, então, estão também, acompanhado com o voto da CDU.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Temos um pedido de intervenção em casa, neste caso da parte da Sra. Membro da Assembleia, Dulce Marques da bancada do Partido Socialista.”

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

“Boa noite a todos, também a todos quantos nos escutam a partir de casa e os nossos colegas presentes no Cine Teatro São João, Sra. Presidente também uma boa noite.

Dizer apenas que revemo-nos com a intervenção e com a saudação que acabou de ser apresentada, naturalmente iremos votar favoravelmente e sentimos os esforços, realmente, todos quantos estão, a defender a qualidade do trabalho a favor das crianças e jovens do nosso Concelho de Palmela.

Sabemos que a própria Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, também o defende em sede de CPCJ e, naturalmente, estamos a uma só voz a apoiar esta saudação sem qualquer dúvida.

Obrigada, boa noite.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Agora sim, aqui na sala, tem a palavra o Membro da Assembleia em representação do Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Muito boa noite a todas e a todos, cumprimento na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal os que estão aqui na sala e os que nos seguem via online.

Não posso deixar de dizer que ouvi atentamente e li a saudação que a Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, aqui nos apresentou e permitam-me dizer alguns considerandos acerca desta matéria que é o seguinte: torna-se quase desigual o combate à violência doméstica e à proteção das crianças contra a violência em meio doméstico, como refere a saudação, quando, em termos legislativos ou em sede de Assembleia da República, não se criam condições a que estas situações sejam evitadas. E eu lamento, mas no passado mês de dezembro de dois mil e vinte, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto-lei que reconhecia as crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica enquanto vítimas deste crime e que foi chumbado com os votos contra do PS, a abstenção do PCP, dos Verdes, do PSD e do CDS.

Assim não vamos lá, e não adianta todo o trabalho, ou seja, não adianta não, às vezes é inglório o trabalho desenvolvido ao nível local pelas diversas instituições, seja IPSS, seja autarquias, quando em termos de lei não se dá escudos àqueles que mais sofrem com a violência doméstica, a violência em contexto familiar e o que concerne às crianças como refere esta saudação.

O Bloco de Esquerda é sensível a esta matéria e não deixará de votar favoravelmente a saudação.

Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Tem a palavra a Sra. Membro da assembleia Teresa Marta.”

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

“Começando pelo Sr. Membro do Bloco de Esquerda, esta saudação, de facto, é uma constatação no terreno e resulta do trabalho feito no terreno e diz respeito ao concelho de Palmela, claro que nós concordamos que, acima de todas estas questões, estão questões de legislação, estão questões de precisarmos de

enquadramento legislativo, mas não gostaria de transformar de facto este assunto, num assunto político, porque não vai com política ou a levantar aqui esse tipo de observação que nós vamos de facto, fazer trabalho efetivo com as crianças que sofrem de maus-tratos, e aliás, isso creio é algo com o qual todos nós concordamos, nós estamos no concelho Palmela, estamos de facto, numa Assembleia Municipal a lutar por aquilo que são os direitos e os deveres de todos nós como munícipes e lutar pelos direitos destas crianças e destas famílias, é necessária legislação, com certeza e poderemos vir a discuti-la posteriormente, de qualquer forma, obrigada pela intervenção do colega do Bloco de Esquerda.

Em relação ao nosso colega da CDU, dizer apenas que, não está a Câmara de Palmela como não está, por exemplo, a GNR, como não está, por exemplo, o Ministério Público, que inclusivamente fazem também parte da comissão alargada da CPCJ, não há aqui qualquer tipo de intencionalidade, por outro lado, nós não podemos dar esta saudação às comemorações do 25 de Abril, porque só por acaso, só por acaso, é que o mês da prevenção dos maus tratos se passa em Abril, mas não tem nada a ver com o movimento de Abril, uma coisa, não tem nada a ver com a outra, eu apelo-vos, que no fundo, e acho que vocês já me conhecem, aqui está honestidade e está algo de quem, de facto, está no terreno em prol destas causas, se assim for entendido, muito bem, se assim não for entendido, olhem, só vos posso dizer que lamento, paciência, obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sra. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção sobre este tema?

Tem novamente a palavra aqui na sala o Domingos Rodrigues pela CDU.”

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Como não foi respondido à pergunta do representante da CDU que fui eu que entrevi, mas gostava de fazer outras observações. Por acaso, as IPSS, referenciadas nesta saudação tem tido apoio financeiro técnico e jurídico da Câmara ou não? Claro que tem, todos sabemos que sim, também devem perguntar ao Centro Jovem quem é que os apoia? Também não é a Câmara, portanto, nós voltamos a referir que estamos de acordo com esta saudação, com aquilo que quiserem dizer. Mas só votamos nela favoravelmente se tiver em conta esta grande realidade, e esta realidade não se pode fugir a ela, se não quiserem meter também aquilo que nós estamos a observar neste parágrafo, a nossa bancada irá abster-se.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Eu julgo que há aqui uma questão que se compreende. Já agora antes de dar a palavra à Teresa Marta que está a pedir.

Se não estivesse aqui referenciada, eu não tenho nada contra que estejam, mas percebam a lógica da abordagem se estivessemos só falar das instituições que intervêm nomeadamente com caráter de instituições particulares de solidariedade social e outras, se tivéssemos apenas a falar das instituições não públicas que intervêm na matéria, nomeadamente se não estivesse aqui expressa a Segurança Social, eu compreendia que nem sequer se questionasse o papel da Câmara Municipal, estando aqui a Segurança Social, de facto, que tem responsabilidades, parece-me um bocadinho ausente, de facto, a não referência à Câmara e eu compreendo que a Segurança Social deva estar, percebam, mas, nesse contexto, fica mais presente a ausência da Câmara, compreendem? Se estivessemos só a falar das outras instituições compreendia-se e eu não achava indispensável que fosse referida a Câmara.

Ficou mais clara?

Teresa Marta.”

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

"Então vamos fazer o seguinte se concordarem, nesse pressuposto e uma vez a omissão quer da GNR, quer do Ministério Público, considero que por uma questão de justiça que estas duas entidades também devam ser incluídas, ou seja referidas expressamente.

Se por uma questão de aprovar se não, ficamos pela questão das abstenções, paciência."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Acho que compreende que era mais importante para todos, nomeadamente para os visados e os destinatários desta moção era mais interessante que todos pudessemos votar."

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente, é como eu disse, isto para mim não é uma questão de levar a bicicleta para casa, é genuinamente uma questão de darmos o maior apoio possível a estas crianças e ficar referido que na Assembleia Municipal, nós tivemos esse cuidado, como tal, esta é a minha posição e nós podemos como é lógico crescente a GNR e o Ministério Público que são também entidades oficiais e que fazem parte da Comissão Alargada da CPCJ, bem como a Câmara Municipal faz parte também da Comissão Alargada da CPCJ, o representante como sabemos, não é."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Muito bem.

Então a proposta passa a conter estas instituições é isso? Para além da Segurança Social?"

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sim, essa é a nossa proposta, não sei se assim, para a bancada da CDU está já, digamos assim de acordo com aquilo que são as expectativas, mas para mim, as expectativas é de facto, falar nesta questão que me parece imprescindível fora aqui de questões mais de esquerda de direita, porque as crianças ainda nem votam, nem sabem o que é que é isso de ser esquerda, direita ou de centro, ou radical ou menos radical e, portanto, acho que é por elas que devemos lutar e é por isso que eu estou aqui e de outra maneira não estaria na política."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Mais alguma intervenção sobre este tema?

Podemos agora votar?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três PPD/PSD, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

"Passamos então ao tema seguinte, desta vez convido o Bloco de Esquerda a apresentar a sua Saudação ao 25 de Abril."

Saudação BE "Voto de Saudação ao 25 de Abril"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Tenho um pedido aqui em sala da Rosa Pinto e depois o José Carlos de Sousa em casa."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia cumprimento todos os eleitos nesta Assembleia aqui presentes e os online, esperando que brevemente consigam todos vir ao Cine Teatro São João, porque isto é muito grande e acho que passa a haver condições. Depois cumprimento na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, os Vereadores aqui presentes e os online, bem como o público e eventualmente, comunicação social se estiverem online, porque não conseguimos saber, bem assim como as funcionárias que dão apoio à Assembleia Municipal e neste caso também o Sr. Paulo Narciso, informático, que nesta questão é essencial, porque não é só o meu telemóvel que se desliga, os computadores também se desligam.

Relativamente ao Voto de Saudação ao 25 de Abril, nós já fizemos a nossa intervenção, ao 25 de Abril e respondendo aqui a algumas intervenções, quero aqui dizer que a nossa Saudação ao 25 de Abril fez-se na respetiva cerimónia e é essa a razão, porque não trazemos aqui mais moções, porque consideramos ter já apresentado a nossa posição. Em todo o caso, pessoalmente quem me conhece, quando estava na freguesia sabem que eu apresentava moções o 25 de Abril e o 1º de Maio, e até relativamente ao 1º de Maio ao papel das mulheres, também no 1º de Maio, coisa que alguns nas suas moções teimam em esquecer.

Relativamente à Saudação do 25 de Abril aqui trazida pelo Bloco de Esquerda, o nosso sentido de voto será o da abstenção, porque não concordamos com algumas afirmações, embora abstenho-nos, não votaremos contra. Concordamos com a igualdade social, eu também sou democrata cristã. Quanto aos populismos nós condenamos os de extrema-direita e os de extrema-esquerda, somos aí talvez mais coerentes.

No que diz respeito aqui ao ponto número um, eu percebo, às vezes os partidos fazem isto e também o CDS às vezes faz aquelas moções gerais, diz aqui: "*Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade*", eu vou-me abster como sabem, mas poria "da cidade da vila, da aldeia", porque efetivamente Palmela não é a cidade.

E é só obrigado.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Dou a palavra agora ao José Carlos de Sousa."

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu aproveito esta intervenção para falar já desta primeira Saudação do 25 de Abril e 1º de Maio, o PS também não apresentará nenhuma Saudação sobre o 25 de Abril, fará a apresentação sobre a Saudação do 1º de Maio, mas posso juntar aqui a intervenção das duas, aliás, porque o que estamos aqui efetivamente a votar são aquilo que a saudação nos apresenta no final que são as duas saudações. A questão da cidade é uma questão que o Carlos Oliveira vai tirar objetivamente, estará ali a mais, ficamos também junto das populações que em defesa etc., etc., não penso que é problemático. Há aqui questões na saudação em que

não nos conseguimos efetivamente rever mas, em função daquilo que se propõe deliberar, e sobre aquilo que nós vamos votar, a saudação à luta dos trabalhadores, a saudação ao trabalho dos profissionais da área da Saúde, de combate da pandemia em curso, em particular o Serviço Nacional de Saúde e seus profissionais, não temos absolutamente nada a obstar em relação a isto, nem em relação a esta Saudação do 25 de Abril, nem em relação à Saudação do 1º de Maio, que vem trazer estas duas, por exemplo, deliberações também à luz do dia e, portanto, votaremos ambas favoravelmente.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Vamos votar.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passamos então ao tema seguinte.

Convido então o Partido Socialista a apresentar a sua Saudação ao 1º de Maio.

Quem intervém por parte do Partido Socialista?

Ana Elísia, tem a palavra.”

Saudação PS “1º de Maio – Dia do Trabalhador”

Tomou a palavra a **Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Perguntou quem deseja usar da palavra a propósito deste desta saudação?

Vou dar a palavra à Teresa Marta.”

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

“Obrigada Sra. Presidente.

Curiosamente é o tema da minha dissertação de mestrado que já defendi em dois mil e nove e neste documento do PS fala na questão da dor, ligando o trabalho com dor e, de facto, a palavra de trabalho vem do latim “*tripalium*”, que significa tortura. Aquilo que vamos tentando fazer ao longo da vida é afastarmos mais dessa palavra, de que o trabalho possa significar tortura e que ele possa ser cada vez mais um momento de concretização da própria pessoa e de bem estar, mas sabemos que por várias razões e na

sociedade em que estamos ainda estamos longe disso, era apenas para fazer essa referência achei curioso e dizer que irei votar favoravelmente.

Obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Dou a palavra ao Membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Relativamente aqui a esta saudação, digamos que ela no cômputo geral, está bem, está redigida, até com alguma piada, da maneira como está escrita, acho que está bem, de qualquer das maneiras tem aqui dois erros históricos, o que eu queria e não podia deixar de corrigir tendo em conta a minha formação académica.

A primeira tem a ver com *“esta manifestação terminou relativamente três anos depois do Congresso Operário Internacional em França, uma manifestação em homenagem às lutas sindical e ao despertar até então pressionados, trabalhavam sem protestar. Essa manifestação terminou com dez trabalhadores mortos pela polícia.”* Atenção os primeiros trabalhadores mortos pela polícia foi em 1887 em Chicago, não foram dez, foram quatro, porque os outros mortos foram polícias.

No quarto parágrafo da primeira parte, estão aqui a equiparar os remadores das galés dos trirremes romanos a trabalhadores, eles não eram bem trabalhadores, eles eram, condenados a trabalhos forçados nas galés, é um bocadinho diferente, isso era a mesma coisa que dizemos que as pessoas que trabalhavam nos gulags soviéticos também eram trabalhadores, não eram, eram condenados a trabalhos forçados e até à morte.

Tenho dito.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Há mais alguma intervenção?

Aqui em sala, o Membro Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Obrigado Sra. Presidente por me dar mais uma vez a palavra.

Esta saudação deve ter sido escrita pela ala esquerda revolucionária do PS., porque na prática, estando o PS neste momento com poder executivo no Governo e com poder de reverter as medidas da troika, ainda não as reverteu, que ainda num passado muito recente aumentou o período experimental de noventa para cento e oitenta dias, e eu acho que isto devia de vir aqui referido nesta saudação, e acho que deve de ter sido lapso, porque isto causa dor. Estas medidas que foram implementadas, pelo Governo PS causam-me dor, e não vem, aqui referidas nesta saudação, por isso, às vezes sinto-me um bocado constrangido de ouvir saudações pelo PS, depois a gente vê a rosa muito bonita, mas que não tem quase cheiro nenhum, não tem muito cheiro.

De qualquer forma, é mais uma saudação ao 1º de Maio, salva-se o aumento do salário mínimo que está prometido em setecentos e cinquenta euros para o final da legislatura. O Bloco de Esquerda defendia um aumento mais ambicioso no final desta legislatura, coisa que o PS não, acompanhou.

Nós iremos votar favoravelmente, em todo o caso, a Saudação do PS.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada mais alguma intervenção?”

Pediu a palavra José Carlos.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“O PS é um partido muito grande, que tem muita gente, ao contrário do Bloco de Esquerda, e portanto, é um partido onde há muita realidade, ala esquerda ortodoxa, ala esquerda radical, ala central, ala mais à direita neo qualquer coisa e, portanto, é uma coisa grande e não é um Bloco de Esquerda, agora aquilo que nós temos aqui que perceber é o que o Bloco Esquerda esteve a fazer connosco, viabilizando todos os orçamentos nos últimos quatro anos e, portanto, se não conseguimos nos últimos, de dois mil e dezasseis a dois mil e vinte, eu acho que aqui independentemente daquilo que o Carlos Oliveira diga, há uma re-responsabilização, em termos daquilo que é possível e está muito bem dito aí a questão do ordenado mínimo nacional, e os setecentos e cinquenta euros serão muito possivelmente atingidos sem grande dificuldade, a grande questão teremos que ver depois, é se o ordenado mínimo é setecentos e cinquenta euros, como é que depois podemos ter no país técnicos superiores a receber oitocentos e são estas notas que nós temos que ter sempre em cima da mesa, porque não podemos fechar única e exclusivamente a nossa idiossincrasia para um determinado setor, deixando todos os outros depois à parte. Eu acho que temos que ter aqui abrangência suficiente e é isso que o Partido Socialista alguma forma tenta fazer, é ter abrangência suficiente para poder ir ao encontro daquilo que são as reais necessidades das populações em determinado o momento.

Eu não fiz nenhuma intervenção há pouco, mas, por exemplo, todas as leis de proteção de mulheres relativamente à violência doméstica é de dois mil e dezasseis para cá que é crime e, portanto, estas questões são prementes também para o Partido Socialista, Carlos Oliveira é a ala esquerda mais ortodoxa? É capaz de ser, mas olhe, eu se calhar sou dessa.

Muito Obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Dou a palavra novamente o Membro Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Peço desculpa pelo desconforto do Membro da Assembleia, José Carlos Sousa, mas eu vou ter de o corrigir, porque o Bloco de Esquerda não votou favoravelmente, nem viabilizou ao quatro últimos orçamentos do Partido Socialista, portanto, peço que veja novamente a matéria, porque isso que acabou de dizer em relação à viabilização dos orçamentos do PS, pelo Bloco de Esquerda não é verdade.

Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mais alguma intervenção sobre este tema?”

Não havendo que vamos votar.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Para terminar este período de intervenções, agora sim volto a convidar o Bloco de Esquerda para a sua última Saudação, sobre o 1º de Maio.”

Saudação BE “Voto de Saudação ao 1º de Maio”

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Alguma intervenção sobre este tema?

Vamos votar.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Terminamos o período de apresentação de moções, saudações, etc., e ainda no período antes da ordem do dia pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se desejam usar da palavra para alguma intervenção que não dos temas aqui tratados?

Tem a palavra o Membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu vou contar aqui uma história que é verídica, é tão verídica que até se passou comigo próprio.

Tem a ver com a dificuldade que eu tive para pagar uma fatura da água, ou melhor, vários valores em dívida de fatura da água aqui da Câmara Municipal de Palmela. Deixem-me explicar como é que isto sucedeu os atrasos que eu até tento ser uma pessoa cumpridora nos pagamentos, eu não os paguei, porque na casa onde vivo no aldeamento não tenho acesso ao correio direto, portanto, tenho que ir buscar o correio e como normalmente o correio de papel que eu recebo é praticamente nenhum, só muito pontualmente é que eu vou buscar o correio.

Isso faz com que, não pudesse saldar dívidas, portanto, pagar as contas em tempo útil, porque as referências de multibanco, quando eu queria fazê-lo, me impediam e, portanto, foram acumulando várias dívidas, portanto, até a mais antiga que eu tinha para pagar, que paguei o mês passado, era referente a julho de dois mil e dezanove. Tentando ser uma pessoa cumpridora entrei em contacto com os Serviços Municipalizados para tentar, portanto, fazer o pagamento, dos Serviços Municipalizados disseram-me o seguinte, disseram que eu tinha que agendar uma entrevista presencial para resolver o problema não podiam fazer isso por telefone. O que é desde logo uma daquelas coisas incríveis, que até parece que este tipo de funcionamento só existe para criar mais empregos, um trabalha ao telefone, outro trabalha a atender, pronto, o que também não é de admirar, mas não é não é essa a minha questão, a minha questão é, que depois nunca consegui, tendo em conta os meus compromissos profissionais, portanto, conseguiram um agendamento, tive sorte, talvez no atendimento telefónico e consegui realmente que me fosse dado um IBAN, para o qual eu pudesse fazer uma transferência dos valores em causa, isto é, em vez de o saldo em dívida ser automaticamente feito uma referência Multibanco, para a pessoa conseguir pagar e não acumular dívidas o que me aconteceu foi que essas dívidas foram-se acumulando, nunca recebi nenhum tipo de alerta

dos Serviços Municipalizados para saldar os valores em dívida e quando tentei fazer, ainda encontrei uma série de dificuldades. Por fim e por muita insistência com vários telefonemas durante bastante tempo, lá consegui pagar e neste momento tenho a situação totalmente regularizada.

Agora, isto sou eu, contaram-me que na Câmara Municipal de Palmela, que dívidas maiores que essas são o pão nosso de cada dia, são tantas, e tantas, e tantas, que até recentemente prescreveram dívidas no valor de várias dezenas de milhares de euros, contas que nunca foram pagas e que agora a autarquia já não consegue, reaver o dinheiro.

Aquilo que eu pergunto, será que isto é verdade? E se efetivamente aconteceu, portanto, de dívidas do pagamento da conta da água, que valores é que estamos a falar que não foram cobrados, portanto, quanto dinheiro a Câmara Municipal por inação deixou prescrever relativamente a faturas da água e consumos de águas que foram realizados.

E, por fim, gostava de perguntar, se não seria mais lógico, quando houver valor de dívida em concreto ser automaticamente prestada, uma referência multibanco para que isto não faça com que as pessoas acumulem dívidas, ou que facilite o pagamento das dívidas, e porque é que o período da entidade de referência multibanco para o pagamento da fatura de água relativa a um só mês é tão curto? Que é provado inferior a quinze dias, se não estou em erro, ou à volta de quinze dias.

É tudo muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Penso que tenho um período de intervenção do Membro Pedro Biu.”

O Sr. Pedro Biu do PS:

“Boa noite Sra. Presidente, permita-me cumprimentar todos os elementos presentes na Assembleia quer online, quer presencialmente no Cine Teatro São João esta noite, bem como todos os técnicos da Câmara que permitem que, de facto, se possa fazer esta Assembleia à distância e em condições de segurança.

Vou fazer uma intervenção muito breve, e vem um bocadinho no seguimento daquilo que já disse na última Assembleia relativamente ao Chafariz do Largo D. Maria, agora que está aparentemente e independentemente de estarem a ser analisadas as possíveis tintas para pintar as abóbadas ovaladas e que está branquinha, e que está bonita, acho que merecia uma iluminação, Palmela tem uma iluminação no Castelo, tem uma iluminação na Alameda, tem uma iluminação no São João, no Coreto e no Fontanário, perdoem-me a expressão, “horroroso” do São João, porque, enfim, é outro tema e aqui que é a entrada da Vila, de facto, é uma escuridão. Quem vem do lado de Azeitão, que eu acho que fica com uma frontaria muito bonita quem chega aqui, de facto muito apagado eu acho que há três holofotes ali num poste, enfim, não sei se estamos à espera das próximas eleições autárquicas, para ser eliminado para poder fazer algum “tchanam” e as pessoas verem, mas acho que pelo menos merecia que fosse de facto, iluminado, porque agora está tão bonito, enfim, independentemente do largo, acontecerem lá incêndios, como aconteceu há cerca de duas semanas no antigo posto de gasolina, e do largo merecer, algum carinho por parta da câmara, que há problemas com os proprietários e por aí fora, deixo esta sugestão à Câmara.

Obrigado, boa noite.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Eu penso que há um pedido de intervenção do José Carlos Sousa?

Não vi outros pedidos, desculpe?”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“O José Carlos pediu primeiro.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Está bem, mas se quiser, pode falar, nós costumamos intercalar normalmente as intervenções das bancadas, portanto, se quiser o Mário Baltazar pode falar.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Boa noite Sra. Presidente, caríssimos colegas da Assembleia, da Câmara, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e a todos aqueles que nos escutam online.

Em primeiro lugar dizer que numa tentativa de chamada de atenção para os contentores que estavam junto ao Retiro Azul, já foram retirados, foram colocados mais vinte metros acima, acabam...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mário Baltazar, desculpe interrompê-lo, vou fazer uma sugestão o seu som está muito mau, eu, se calhar, pedia-lhe para desligar a sua câmara, porque isso pode a melhorar a qualidade do som.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“A questão é em relação aos contentores que tinha sido mencionado na última reunião, estavam na rua do Retiro Azul em que subiram mais vinte metros, resolve, ou seja, fica colmatada a situação, mas acaba por não ficar resolvida na totalidade, porque quando se encontram os carros acaba por ser sempre um obstáculo que está, à frente, sobretudo na zona ascendente.

Trazia aqui também uma outra questão que foi colocada na reunião de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, que era sobre a matéria relacionado com o Miradouro do Largo do Torrão, situado na Rua Hermenegildo Capelo em que falamos sobre essa situação e em relação a outras situações, à Bica da água e a resposta do Sr. Presidente foi, passo a citar: “ Sobre a questão do miradouro tomámos nota, vamos ver com o pelouro respetivo o que é que é possível fazer”, isto a vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte.

Uma outra questão e muito rápida são todas muito pequenas, é uma questão que está sempre na ordem do dia, que é a questão da limpeza, continuamos a ter os contentores atolados e cheios de lixo, já ontem, o Sr. Presidente tinha mencionado que iria fazer uma experiência a nível dos contentores de depósito de profundidade, domésticos e indiferenciados. A questão que eu levanto é que ...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mário Baltazar, eu acho que a qualidade do som está a piorar, eu, pelo menos agora não consegui perceber, percebi que estava a falar de contentores de lixo, mas...”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Neste momento, ouve-me melhor?”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Tente.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Estava-me a referir em relação à questão dos contentores de depósitos de profundidade que se tinha falado há pouco tempo, que a Câmara iria implementar em alguns locais para fazer experiências. Então a questão que eu levanto é aqui em Aires, em que temos aqui zonas que têm novos contentores, temos um oleão, contentor para vidros, dois para papel, dois para plástico e mais três para o lixo doméstico e temos um espaço enorme que dá para criar um depósito em profundidade. A questão é se realmente vão avançar em algumas zonas com a criação desses depósitos de profundidade para colmatar esta situação, eu refiro-me porque, estamos a falar de uma zona com nove contentores a três metros e meio, quatro metros, da Rua do Parque, das residências das pessoas, e daqui a pouco estamos no verão e as pessoas não conseguem abrir uma janela, derivado aos maus odores.

Uma outra questão e para terminar...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Tem que reduzir ir ao mínimo as suas palavras, só para tentarmos ficar com a ideia, porque a ligação é muito má quanto mais palavras, mais difícil.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Mando chegar depois, se houver a necessidade por escrito, do que estou a dizer.

Mas a questão que eu levanto é uma outra é que é em relação ao jardim que está ali naquela rua que abrange a Rua de St.ª Teresinha, A rua José Novais, rua João Cardoso, em que temos ali um jardim com mais de 10 anos, está ao abandono. A questão que se levanta é se realmente a câmara tem algum projeto para aquele espaço, visto que aquilo que deveria ser da responsabilidade do empreiteiro, que segundo informação deveria de existir uma caução, da parte do construtor com a câmara, e a questão que se levanta é se essa caução foi entregue ao construtor já, e se irá assumir a responsabilidade daquele espaço. E é só.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Eu penso que conseguimos perceber globalmente o sentido das suas questões mesmo que, com algum detalhe que possa ter escapado, mas acho que o Sr. Presidente conseguiu registar.

Vou passar então agora a palavra ao Partido Socialista, novamente José Carlos de Sousa.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente, duas notas nesta intervenção.

A primeira para referir que está em falta um ponto na ordem de trabalhos na Assembleia Municipal nesta ou numa outra que tenhamos feito e eu sugiro, que façamos isso, na extraordinário maio, que tem a ver com as questões relacionadas com as Comissões trabalho da Assembleia Municipal, portanto, há uma prerrogativa que diz que anualmente temos que apresentar o resultado do trabalho dessas Comissões exista, ou não exista, penso que isso não é relevante, o relevante é que temos mesmo que o fazer e, portanto, eu gostava e sugiro que seja colocado na ordem de trabalhos da próxima sessão extraordinária que sei que é em maio, este ponto da ordem de trabalhos.

A segunda, tem a ver com os Fins de Semana Gastronómicos e a Sopa Caramela. Chegou-nos e, portanto, parto do pressuposto que nos chegou bem, uma queixa de um restaurante que nos contactou e que nos fez chegar, e que eu fiz chegar neste momento, o nome à Sra. Presidente por sms, que entrou em todos estes fins de semana, fez as questões logísticas, aderiu e depois ficou sem nenhuma indicação nas, enfim, na publicitação quer online, quer trifólios que foi feito. Houve uma ausência completa de referência ao restaurante e estou a citar aquilo que nos chegou.

Ora, as iniciativas são bem-vindas, eu admito que não tenha sido propositado, não estou para aí virado claramente, mas as iniciativas são bem vindas, mas claramente têm que ter crédito ainda por cima numa

população ou num grupo profissional que com esta questão da pandemia foi daqueles que também mais sofreu e, portanto, estar a investir para depois, as pessoas acabarem por não ir porque não há divulgação de que questão também integrados neste fim de semana gastronómico na Sopa Caramela, parece-me pouco ético, diria assim.

Admito que tenha havido erro e peço que esta situação seja corrigida ou tentar que seja corrigida e que, posteriormente, enfim, nos possam dizer genericamente, o que é que se passou para que este tipo de situação aconteça.

Terceira nota muito breve, para me congratular com o facto, e faço-o já em vez de fazer no ponto da ordem de trabalhos a seguir, pelo facto de a receita municipal ao contrário, do que o Sr. Presidente de Câmara aventou aqui na sessão última, ter continuado a crescer neste primeiro trimestre, ou seja o trimestre de dois mil e vinte e um, tem uma receita superior aquele que foi em dois mil e vinte, e, portanto, há aqui alguns indicadores que fogem um pouco àquilo que o Sr. aqui nos trouxe na sessão de dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, quando referenciou as questões relacionadas com a entrada essencialmente de dinheiro no Município, e, portanto, eram estas notas que gostava de deixar e era só de momento.

Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Mais algum pedido de intervenção?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Primeiro que tudo falar aqui acerca da iluminação. Eu por acaso recebi um mail do Sr. Vereador da iluminação e pensei dar resposta, mas depois pensei que era melhor falar disso aqui na Assembleia, porque, por diversas vezes, apontámos aqui alguns casos de falta de iluminação há muitos anos, ou seja do início do mandato e assim continua e demos aqui os locais, eis se não quando recebo um mail em nome do Sr. Vereador, assinado pela eleita que coadjuva o Sr. Vereador, a eleita nesta Assembleia, para eu dar os locais de georreferenciação. Quer dizer se nós pedimos e se a todos os munícipes e não conseguimos fazer a georreferenciação pelas moradas dos munícipes, então mais vale irmos todos para casa e ficar todos em teletrabalho, porque, nós apontámos aqui a estrada de Cabeço de Ruivos a não ser que queiram que vá contar os candeeiros que estão fundidos. Na altura, o Sr. Vereador já há três anos disse que ia mandar lá um funcionário à noite, que finalmente tinham um funcionário, continuamos a aguardar e achei por bem não responder àquele mail e aqui peço desculpa a quem me enviou, mas quero dizer isto nesta Assembleia e, portanto, faço votos que até ao fim do mandato consigam a georreferenciação do local, eu até liguei ao António Mestre, eu e ele disponibilizamo-nos para acompanhar, para fazer a georreferenciação.

Eu à noite quando venho tipo dez e meia, onze horas de Lisboa lamento muito, mas não vou fazer a georreferenciação a essa hora e numa estrada tão estreita à noite. Só agradeço é que de reclamações que trazemos aqui há três anos, finalmente sejam resolvidas, agora se falta a georreferenciação, então a culpa não é da EDP, não foi para lá que foi reclamação nenhuma, deduzo eu mas se calhar estou a deduzir mal.

Relativamente à limpeza das bermas e passeios continuamos aqui a trazer, porque ainda este fim de semana estive no meu Alentejo e que até nem tem a ver com política as Câmaras até são CDU. Eu vejo aquilo tudo limpinho, bermas e tudo, eu não sei o que é que acontece aqui que não há uma cadência de trabalhos, começa-se num lado depois vai-se para outro, depois não se acaba este, começa-se noutra, mas, pronto, até há privados a fazerem isso, mas o trabalho não está a correr a bom ritmo e é essa melhoria que aqui pedimos.

Tivemos também uma reclamação até junto ao Posto Médico em Brejos do Assa, que tem muito mato seco, que está cheio de lixo no recinto, pelo menos foi a reclamação que nos chegou e sinceramente, não consegui ir lá ver.

Na Azinhaga Matos Amores e Rua José Mestre foram iniciadas obras, tenho a informação de um munícipe que estão paradas há mais de dois meses, gostava de saber alguma informação sobre isso caso nos pudesse dar.

Temos muitas reclamações sobre passeios, ou melhor, falta de manutenção, pedras soltas, eu já trouxe aqui a esta Assembleia quer da freguesia de Quinta do Anjo, quer de outras. Recebi várias reclamações, mas sendo isso atualmente competência que delegamos nas Juntas de Freguesia, eu permito-me depois enviar ao Sr. Presidente, um rol de várias freguesias, de reclamações que tivemos, e vou requerer cópia dos relatórios que as Juntas mandam à Câmara sobre esses protocolos, eu sei que vão fazendo alguma coisa, mas é muito lentamente e, por exemplo torno a dizer, nos Portais da Arrábida há anos que as pedras andam para lá espalhadas, pedras da calçada e assim continuam. Penso que talvez agora vá melhorar, houve o confinamento, mas eu já ando à espera disto há três anos, é que aquele problema já existe antes deste mandato e continua tudo na mesma, e eu quando vou ao Alentejo e em concelhos também grandes, não vejo nada disso, permitam-me dizer, isto é uma questão de gosto e não só de trabalho.

E é só, depois direi mais algumas coisas, mas aí relativamente às atividades.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Pergunto se há mais algum pedido de intervenção?

Vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se quer usar da palavra neste período para tentar responder às questões colocadas?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado.

Permita-me Sra. Presidente, que embora a noite já vá longa, faça publicamente a minha saudação a V. Exa., à Mesa, a todas e todos os Membros da nossa Assembleia, às Sras. e aos Srs. Vereadores, a quem nos acompanha presencialmente ou à distância.

Relativamente às questões apresentadas, tive dificuldade em compreender algumas delas por deficiências do som. Sobre a questão colocada pelo Senhor Membro da Assembleia Colin Marques, bom, já percebi que houve atrasos, que o Sr. atrasou-se, há aqui uma coisa positiva é que não houve corte, porque a Câmara, de facto, sabendo que estava a ter problemas com a empresa de faturação, não procedeu a cortes, mesmo antes das questões relacionadas com a pandemia.

Referência Multibanco, V. Exa., tem razão, com a mudança da empresa de faturação, com quem temos tido alguns problemas, não foi incluída a referência Multibanco para o extrato de conta. Essa questão já foi corrigida, já há extrato de conta e as novas referências Multibanco também já estão contratualizadas desde oito de fevereiro que ficou clarificado com a empresa o que pretendíamos que fizessem e estamos prestes a ter isso também disponível. Contudo gostaria de esclarecer V. Exa., que a interpretação que fez da disponibilização de um serviço específico que criámos para as águas, não é exatamente nos termos como o Sr. aqui os coloca. Em primeiro lugar, nós temos disponível no site da internet, como é que funcionavam os atendimentos municipais durante a pandemia e qualquer atendimento, que é normal até que seja presencial para esclarecer alguns destes aspetos, tem que ter pré agendamento é isso que está na resolução do Conselho de Ministros, nós cumprimos as regras, para facilitar, criámos um atendimento fora dos postos de atendimento exclusivamente para as águas, com um número de telefone específico e essa matéria efetivamente convém que seja tratada presencialmente, mas se se tratasse apenas de pagar também está lá disponível no site desde o início, da suspensão dos atendimentos, que para pagamentos ao município

utilizam o IBAN, e mandam o comprovativo do pagamento por email com a referência do assunto e foi isso que centenas de munícipes fizeram e, portanto, não tiveram que se deslocar sequer a não ser quando há problemas de como saiu faturas, em duplicado, nalgumas situações etc., ou de entendimento sobre aquilo que lá está nas faturas.

Os prazos foram suspensos, não houve perseguições por causa da pandemia, mas também por causa do problema da mudança de empresa de faturação e neste momento, teremos as referências multibanco para as faturas vencidas muito em breve, mas temos, a linha aberta especificamente para questões relacionadas com faturação da água e esta possibilidade de pagamento.

Quanto às questões de prescrição, pois, se os prazos foram suspensos a execução da dívida não vai para execução fiscal, portanto, também não há propriamente questões de prescrição, não lhe sei dizer os valores, mas devo dizer-lhe, que com ou sem pandemia, com ou sem faturas com multibanco, as questões da prescrição e das dívidas de água são, de facto, valores elevados por todos os municípios, porque, de facto, as execuções fiscais para esta matéria quer dizer, a não ser que a gente queira penhorar a casa de uma pessoa por causa de uma dívida de vinte ou trinta euros de água, ou menos, mas poderá ter acesso a esses dados anualmente, quando fazemos a prestação da conta de gerência em que costumo explicar a que correspondem determinados valores não cobrados, e há uns, naturalmente, que dizem respeito a isso e outros que dizem respeito a outro tipo de taxas com as quais até temos grandes de litigâncias com grandes empresas, como é o caso da EDP, que não quer pagar taxas de subsolo e outras coisas mais.

Caro o Pedro Biu, eu não percebi bem a questão da iluminação e pedia-lhe o favor de poder repetir estava-me a falar da questão do Castelo?

O Sr. Pedro Biu do PS:

"Não estava a falar do Fontanário Chafariz, e já está pintado aparentemente e acho que merecia ali uma iluminação."

O Sr. Presidente da Câmara:

"O Chafariz tem em torno dele encastrado uns projetores de chão que, possivelmente por causa da obra ou outra anomalia qualquer, não estarão a funcionar. De qualquer forma no projeto que temos para aquele espaço onde pretendemos criar um estacionamento condigno e um bom espaço público referente à zona do Retiro Azul e ali perto do Chafariz, temos previsto também a revisão da iluminação da zona, fica este esclarecimento, mas, de facto, é normal que não esteja a funcionar neste momento, vamos procurar perceber se é possível pôr a funcionar aquilo que existe sem prejuízo da revisão, porque achamos que merece ali um outro trabalho de iluminação.

Sr. Mário Rui Baltazar, Retiro Azul, contentores, penso que é na Rua Hermenegildo Capelo, de facto eles foram deslocalizados a pedido e até sugerido por V. Exa., e por outros moradores, mas não é fácil colocar os contentores que depois ficando muito desviados dos utilizadores, enfim, a rua tem determinadas características, não há ali propriamente espaço muito generoso para os arrumar as soluções que os serviços têm procurado implementar, enfim, às vezes ficam a contento de uns residentes, ficam a descontento de outros.

A questão do miradouro confesso que não me recordo, se era alguma questão de limpeza, das placas de identificação da paisagem, confesso que já não me recordo procurarei consultar a ata dessa sessão de vinte e quatro de setembro, como referiu para perceber se o assunto é este e se foi encaminhado para os serviços.

A outras questões tive também dificuldade em compreender por causa do som, o excesso de contentores, acumulados em determinadas zonas de Aires, no caso da Rua do Parque, que eu também conheço bem, devido à densidade populacional daquele arruamento, um arruamento com características de perímetro urbano, consolidado, estreita, etc., que tem prédios de um lado, tem moradias de outro, as soluções com contentorização no espaço público também não são sempre muito, muito fáceis de resolver. Mas

procuraremos estudar melhor a localização dos mesmos nestas ruas, até quando agora numa nova empreitada para fixação de aros de resguardos e até de bases para contentores, dado que vai ficar uma coisa mais fixa mais definitiva, procuraremos estudar melhor como colocá-los numa forma mais distribuída sem pôr em causa outras questões de acessibilidade, de circulação e de funcionalidade da recolha.

O Jardim de Santa Teresinha e nessas zonas, de facto, alguns espaços verdes que eu não sei, se alguma vez foram rececionados ou não, se é uma questão de caução do loteamento não consigo responder agora, vou procurar perceber junto da administração urbanística se aquele loteamento nessa matéria ficou entregue ou não, e se é possível fazer, como temos feito noutros, o acionamento das garantias bancárias para o colocar em condições e depois então, a partir daí, a responsabilidade tem de ser do município em manter esses espaços bem conservados.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, eu, enfim, a questão que aqui traz, é de facto, uma questão que é um incidente que não tem aqui espaço para grande debate político, eu não sei é porque é que esse restaurante que tem os contactos da Divisão de Turismo Economia Local, do município e com a qual se relaciona amiúde, não mandou um mail a dizer o que é que se passa que eu disse que participava e aí não estou para saber se é um esquecimento, se é um problema de comunicação ou não, mais do que isto não lhe posso dizer, porque já estamos aqui a fazer um julgamento que há aqui uma falha da Câmara, dos fins de semana, ou disto ou daquilo, aliás, o município, nestas, como noutras matérias, V. Exas., se quiserem ver aquilo que nós dizemos no Catavento e noutros sítios, para aqueles que não estão lá, se quer figurar, nos nossos programas, se quer estar aqui na lista do alojamento disponível, se quer estar aqui na lista dos restaurantes, contacte-nos, envie os seus contactos e depois a partir daí, é que vamos ver se houve um lapso ou não na divulgação, mas não queremos excluir ninguém, pelo contrário, até ficamos muito satisfeitos que restaurantes de outras freguesias, onde se calhar, a tal sopa não é tradição, estejam interessados em participar nesta promoção de uma iguaria que passou a ter um outro prestígio a partir do momento em que muitas entidades, Confrarias, Juntas de Freguesia, Associações Culturais, Desportivas e outras se envolveram na promoção de um produto local.

Sobre a receita, amigo José Carlos Sousa, gosta sempre de fazer aqui algum exercício com os números, mas, de facto, os números não mentem, mas é preciso fazermos bem a referência e não de uma forma falaciosa a tentar manipular aquilo que eu disse. O que eu lhe tenho dito nos últimos meses é sim; a receita do município desceu, eu vou-lhe demonstrar porque é que desceu e está aí no mapa, mas referindo-se sobretudo às questões do IMI, e tenho-o dito persistentemente que aquilo que vai equilibrando e que é a única receita que tem desvio positivo é o IMT, mas se V. Exa. for fazer a soma da receita de dois mil e vinte, em março, comparativamente com receita em dois mil e vinte e um, o Sr. vê lá um grande acréscimo em dois mil e vinte e um, mas está a meter acréscimo, nos passivos financeiros, se for ver o quadro um milhão e tal de euros, e os passivos financeiros foi um empréstimo porque nós incluímos já na receita deste ano para poder gastar nas obras. O que se constata e o que eu tenho dito é que tem havido redução da receita própria, e isso é visível no quadro, globalmente a receita é maior em dois mil e vinte e um, mas o desvio significativo é este milhão e tal que aí está nos passivos financeiros. Penso eu que é isto, e para tentar perceber porque é que V. Exa., diz que eu estou sempre a chorar, que a receita está reduzida, está reduzida nas receitas próprias, pois está, não tenhamos dúvidas.

Dra. Rosa, iluminação, se mandou os locais ou se não mandou, não está aqui o Sr. Vereador para defesa da honra, mas isso é pouco pertinente, eu acho é que temos que tratar aqui destes assuntos também, se temos interesse em resolvê-los de uma forma bondosa e colaborativa, hoje sinalizar focos desligados em qualquer arruamento deste concelho, a coisa mais simples é ir ao site da EDP, escrever o nome do arruamento aquilo tem um mapa e fica lá registado, agora o que lhe garanto é que aquilo que chega ao município por via dos mails dos pedidos que as Sras. e os Srs. munícipes, por via de vários eleitos que andam aí na rua e que dizem *"isto está a ligar muito cedo, aquilo que está desligado, estão três desligados etc."* hoje, em média, demora no máximo quarenta e oito horas a ser colocado no portal da EDP, porque hoje há ferramentas que o permitem fazer, se houve aí algum desencontro ou se aquilo está desligado das duas uma, ou a EDP tem ali uma grande avaria e não liga às nossas comunicações e eu, obviamente falarei com o Sr. Vereador para fazer uma insistência de revisão de toda a iluminação na estrada de Cabeço dos Ruivos, fica este compromisso.

Sobre as bermas, Sra. Membro da Assembleia, eu posso levá-la também, não é preciso ir ao Alentejo a passear porque zonas do nosso concelho têm as bermas cortadas, todas aparadinhas estão melhor que o meu cabelo que está a precisar de barbeiro outra vez. A Sra. foi ao Alentejo viu, mas se calhar aqui no concelho não viajou tanto, porque esse trabalho está a ser feito ininterruptamente desde fevereiro, não se consegue chegar a novecentos e quarenta e sete quilómetros de estradas ao mesmo tempo em todo o lado, mais, há sítios que foram feitos e que já cresceram outra vez, onde há canas então, com esta chavinha, com este calorzinho, este tempo ameno que temos, nós já cortámos, por exemplo, este ano mais cedo as bermas na Serra dos Barris por causa dos fogos, apesar de o prazo ter sido estendido mas já cortamos porque já estava grande. Nós em junho, julho, vamos ter que andar a fazer esse trabalho todo outra vez e, portanto, garanto-lhe que uma máquina capinadora, um corta canas, um trator que também roça, anda diariamente na estrada e alguns são feitos também, manualmente noutras estradas, mesmo a semana passada andamos aqui em redor de Palmela nas estradas municipais.

Obviamente, com uma extensa rede viária, temos aí muito que fazer, e temos também zonas que são feitas pelas nossas Juntas de Freguesia, que também têm estado a trabalhar e eu sei disto, até porque, por exemplo, na União de Freguesias de Marateca e Poceirão, que até tem um protocolo para fazer também as municipais e as alcatroadas, houve até problemas, problemas que não foram problemas nenhuns afinal, quanto à sinalização dos trabalhos, etc., e se podiam fazer daquela forma, isso foi acompanhado pelos nossos serviços e sei que o trabalho começou na área da freguesia nas estradas municipais de maior circulação, mas que hoje passando por lá, já vi de novo, zonas que qualquer dia estão a precisar de um novo corte. Garanto-lhe é que com os recursos que temos, nós, e as Juntas de Freguesia, o trabalho está a ser feito a tempo e horas com exceção nos aceiros onde há, de facto, demoras, mas também se cortamos mais dentro de duas semanas não se perde nada.

Nós temos como objetivo até quinze de maio, ter sobretudo nas zonas onde possam criar focos de ignição ter as bermas cortadas e ter terrenos limpos, mas o trabalho estende-se sempre até outubro, nunca pára. Obras na Azinhaga de Mata-Mouros, não sei, não conheço obras, só se é alguma coisa de reparação, se é alguma operadora que lá mexeu, não sei. A estrada foi feita houve uns abatimentos, já foi reparada, precisamos nesse caso de ir ver o que é que se está a passar nesse troço para procurar intervir se for da nossa responsabilidade.

Depois tive maior dificuldade em ouvir melhor outras questões, peço desculpa se não respondi, mas, poderei depois, olhando para a ata, encaminhar alguns assuntos para os serviços se for caso disso, muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há mais alguma questão neste período, alguma intervenção?

Há um pedido do Membro José Carlos Sousa, tem a palavra.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

É só uma nota, em relação àquilo que o Sr. Presidente disse em relação à estrutura da receita e utilizou uma palavra que eu não gosto particularmente que é “*falaciosa*”, eu não faço leituras falaciosas daquilo que os Srs. me apresentam, eu faço leituras reais daquilo que os documentos transcrevem feito por vós, que parte do princípio que está correto e que é ímpoluto, diria assim.

Eu não estou a falar de um milhão e cinquenta e quatro mil euros, que estão aí nos passivos financeiros Sr. Presidente, eu estou a falar do total das receitas correntes que em março de dois mil e vinte, era oito ponto dois milhões de euros e que em março de dois mil e vinte e um, são oito ponto cinco milhões de euros, eu vejo que efetivamente há uma redução de cerca de quatrocentos mil euros em termos dos impostos diretos, mas que depois há aqui questões que têm a ver com outras notas que fazem crescer os números assim. O total da receita corrente é sobre essas receitas correntes que eu estou a trabalhar, não estou a trabalhar

sobre o total de receitas de capital, os números são estes, não vale a pena a gente falar muito sobre outras coisas, é o que está aqui, eu não conheço o resto dos números, agora conheço só isto no presente.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Então se não houver outras intervenções terminamos este período e vamos rapidamente proceder à votação das atas que temos para aprovar hoje, recorro que temos então as atas número trinta e dois da sessão de vinte e nove de outubro, trinta e três de vinte e cinco de novembro, trinta e quatro de dezassete de dezembro e trinta e cinco de vinte e cinco de fevereiro.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, se há questões? Dispensa-se a leitura naturalmente por terem sido previamente distribuídas e vou dar a palavra aqui na sala ao membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Relativamente à ata número trinta e quatro de dezassete de dezembro, como se deve de recordar, eu fui interrompido na altura que estava a ler uma declaração de voto, e essa declaração de voto também não consta em anexo na ata, portanto, não consta de maneira nenhuma o conteúdo que supostamente a nossa bancada queria ter lido, gostava de saber porquê, porque é que não está em anexo e caso não esteja portanto, votaremos contra. Obrigado.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não temos nenhuma justificação para isso, eu imagino que passa a ter sido um lapso.

Há uma justificação, fica apensa à ata, pois na altura tenho uma ideia, termos referido isso.

Sim, sobre o mesmo assunto?”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Não é exatamente o mesmo assunto, mas também engloba este assunto.

Logo no início do mandato requeremos e até fizemos um documento que todos os documentos produzidos nesta Assembleia, mormente moções e tudo o resto, que fossem divulgadas junto das atas coisa que nunca ocorreu até agora e que duvido que ocorra até ao fim do mandato, embora tivesse sido a nossa proposta e na altura tivessem feito a promessa, que iam ter isso em consideração, efetivamente uma declaração de voto é uma coisa completamente diferente e, portanto, exigimos que a declaração de voto já que não foi deixada ser lida que fique anexa à ata e seja divulgada na internet.

E é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Nós não divulgamos os anexos, porque, como calcula, imagina a quantidade de papel que é produzida em cada Assembleia, as atas têm exatamente por função, expressar o conteúdo geral, se alguém tiver interesse em aceder a um tema em particular, naturalmente é livre de o pedir, agora nós não divulgamos em massa todos os documentos que passam em cada Sessão da Assembleia, nunca assim foi feito, portanto, não percebo qual é a questão?

Pois eu respeito, respeito, tenho que respeitar, independentemente de discordar profundamente dos vossos métodos, tenho que respeitar efetivamente, agora as regras da Assembleia tem sido essas, tudo está nas atas e as atas podem ser consultadas e todos os documentos que lhes são anexos podem ser consultados,

agora não vejo necessidade de divulgarmos, nem na Internet nem por outra via, a quantidade de documentos que circula em cada Sessão.

Há mais algum pedido de intervenção?

Penso que o Membro da Assembleia, Mário Baltazar.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Boa noite, mais uma vez.

Sra. Presidente, em relação a ata número trinta e dois, ou seja, temos aqui duas situações, em que menciona que a gravação não foi audível por não ter falado para o microfone. Por hábito, quando acontece situações dessas foi logo do ponto um, quando há situação dessas, já chegou os serviços de secretaria a solicitar-me para que eu consiga fazer chegar informação em relação a esta matéria, e nessa ata vêm duas das minhas intervenções como sendo intervenções não audíveis.

Em relação a esta ata irei votar contra em relação a isto, esta matéria. As outras atas, votarei favoravelmente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não sei como é que podíamos ter substituído isso, foram intervenções orais, segundo julgo saber, portanto, não havia documentos que pudessem ser entregues, é claro que podíamos recorrer a gravação da sessão, se forem matérias muito importantes na sua opinião, nós podemos fazer isso e eventualmente tentar refazer a ata, agora o problema é se nem mesmo na gravação, terá sido esse o problema não é, portanto, não tinha nada que ver com... no fundo, não temos como nos socorrer daquilo que foi dito.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Mas em outras situações já recorreram, telefonaram-me e eu fiz chegar o que falei, e ao que disse e conseguiram fazer composição dos textos, neste caso como não o fizeram, não existiu essa forma, então votarei contra só a ata número trinta e dois.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem, confesso que não tenho minimamente presente, ao contrário da situação anterior que me lembro muito bem.

Então mais alguma questão sobre as atas?

Membro da Assembleia Rosa Pinto acabou de dizer que há pequenas correções que vai fazer chegar e que normalmente são acolhidas, quando não altera o sentido que lá está escrito, mas efetivamente contribuir até para o tornar mais legível ou até correto em algumas situações.

Então se não houver outras questões, vamos votar individualmente, uma vez que há posições diferentes sobre as diferentes atas.

A Ata número trinta e dois, de vinte e nove de outubro de dois mil e vinte, foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e dois votos contra do MIM.

A Ata número trinta e três, de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte, foi aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Ata número trinta e quatro, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP – Colin Marques e Rosa Pinto e uma abstenção do PPD/PSD – Teresa Marta.

A Ata número trinta e cinco, de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

Período da Ordem do Dia:

A Sra. Presidente de Mesa:

“Vamos passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos que, neste caso é a informação do Sr. Presidente da Câmara, pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra?”

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, eu estaria na disposição de prescindir da leitura deste documento introdutório, mas solicitava que ele ficasse na íntegra transcrito na ata.”

“O confinamento obrigatório decretado em janeiro acompanhou-nos durante este período, com fortes medidas de restrição, que tolheram a atividade educativa, económica, cultural, desportiva, associativa e, de modo global, todas as dimensões da vida em sociedade. Depois da gravíssima situação epidemiológica vivida em janeiro, os dois meses seguintes trouxeram consigo uma nova esperança, traduzida pelo início do processo de vacinação para a população em geral e pelo reforço das ações de vacinação nas estruturas residenciais para pessoas idosas e junto de públicos como as/os bombeiras/os, que o Município sempre reivindicou como prioritários.

Para que esta esperança pudesse concretizar-se o mais rapidamente possível, o Município instalou um Centro de Vacinação contra a COVID-19 no Pavilhão Desportivo Municipal, em Pinhal Novo, aprofundando a relação com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida – junto do qual se disponibilizou para criar outros Centros, em diferentes pontos do território. Assim como continua a assegurar toda a logística das ações de vacinação nos lares, a Autarquia investe, diariamente, no funcionamento do Centro, nas componentes de logística, limpeza, apoio à organização (por exemplo, no encaminhamento de utentes e preenchimento de formulários), e transporte, mediante inscrição, da população mais isolada e sem meios para se deslocar. É, ainda, de sublinhar o apoio às visitas ao domicílio, para inoculação de pessoas acamadas.

Internamente, além da permanente atenção à limpeza e desinfeção de edifícios, viaturas e equipamentos, o Município garantiu o acompanhamento das/os trabalhadoras/es em isolamento profilático e continuou a garantir equipamento de proteção individual adequado. Foram distribuídas novas máscaras reutilizáveis, com um grau de proteção superior, e instalados termómetros fixos para auto-medição da temperatura e dispensadores mecânicos de gel desinfetante nos espaços de maior afluência. A realização de rastreios na organização, através da aplicação de testes rápidos, foi intensificada neste período.

A primeira distribuição 2021 do Cabaz Solidário Saudável permitiu ajudar 217 famílias num período particularmente difícil, abrangendo 670 munícipes. Para facilitar o levantamento e encaminhamento de situações de emergência social, o Município ativou, em fevereiro, a linha telefónica de apoio social “Em linha

para si". O programa de responsabilidade social "Mecenas de Palmela" permitiu envolver mais empresas na resposta a grupos vulneráveis, numa ação continuada de recolha e entrega de bens de primeira necessidade aos grupos socio-caritativos.

Ainda no âmbito da intervenção social, o Município aprovou a celebração de um protocolo com a Fundação Santa Rafaela Maria, com vista à criação, no Concelho, de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, e lançou a Consulta Pública da "PALMELA MAIOR – Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo, Saudável e a Relação entre Gerações 2021-2025". Merece, também, destaque o arranque da obra de Requalificação do Monte do Francisquinho, importante polo de respostas sociais, culturais, desportivas e para a juventude, com enfoque na inclusão social, a nascer em Pinhal Novo.

As escolas mantiveram-se, maioritariamente, encerradas neste período, mas cerca de duas centenas de alunas/os continuaram a beneficiar de refeição escolar, em regime de *take-away* ou com entrega ao domicílio nas freguesias rurais. Além de beneficiações diversas em estabelecimentos de ensino, o Município concluiu a empreitada de ampliação do refeitório e alteração do recreio coberto do pré-escolar da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo), reabilitou Espaços de Jogo e Recreio na Palhota, Algeruz Lau e Batudes e removeu as coberturas em fibrocimento das EB 2,3 Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo), atingindo, assim, o patamar de "amianto zero" nas escolas do Concelho.

O trabalho de educação e participação cidadã junto do público escolar, sob o chapéu do projeto municipal "Eu Participo!" manteve a sua atividade junto de diferentes graus de ensino, por via digital, e promoveu o lançamento do blogue "Eu Participo, e tu?". Em moldes muito restritos, o Município realizou a Semana dedicada à Freguesia da Marateca, para partilha de informação sobre obras, projetos e outras intervenções neste território rural.

Do ponto de vista da reabilitação urbana e ordenamento do território, este foi um período particularmente profícuo. O processo de revisão do Plano Diretor Municipal deu passos determinantes, no sentido da sua conclusão, com a apresentação da proposta dentro da organização, bem como à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, seguida da apresentação à Comissão Consultiva. O Município manteve, neste período, o acompanhamento multidisciplinar de proximidade aos processos e atividades de elevado interesse económico e ambiental, com vista à sua atração e/ou fixação no território, e com a entrada em vigor da revisão do FIMOC (Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela), reforçou o leque e a abrangência dos apoios à disposição de proprietárias/os de imóveis no núcleo mais antigo da vila. Aqui, é de referir, também, a conclusão da empreitada de beneficiação do Largo da Boavista e da primeira fase da recuperação da Capela de S. João Batista, bem como do projeto de contenção de fachadas do antigo edifício da GNR, que acolherá o Centro de Investigação do Património Cultural.

A Estratégia Local de Habitação de Palmela encontra-se em apreciação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, num momento em que o Município continua a investir na beneficiação do seu Parque Habitacional.

Entretanto, decorreu a primeira reunião do consórcio PLAAC – Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas da Arrábida, constituído pelos Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, a ENA – Agência de Ambiente e Energia da Arrábida, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Na sequência do trabalho já realizado, no âmbito do Plano Metropolitano, o PLAAC vai ser desenvolvido até 2022, com o envolvimento da comunidade e agentes locais.

Também na sequência do Plano Metropolitano, o Município está a participar no projeto CLIMA AML, no âmbito do qual foi instalada uma estação meteorológica na cobertura da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo.

No campo do avultado investimento do Município na área do Saneamento, em diversas frentes de trabalho, é de sublinhar o arranque da empreitada de drenagem de águas residuais domésticas de Cajados. Em curso, a empreitada de drenagem e elevação de águas residuais em Lagoa da Palha, a infraestruturização da Lagoinha (2.ª fase) e a drenagem de águas residuais domésticas de Miraventos, Quinta Tomé Dias e Quinta das Asseadas (zona nascente), bem como a Regularização da Ribeira da Salgueirinha.

No que respeita à rede de abastecimento de água, encontrava-se em conclusão a empreitada de remodelação de nós da rede de abastecimento de Pinhal Novo norte (Sul Ponte) e em curso a empreitada de controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da vila de Palmela. No âmbito da infraestruturização de loteamentos inacabados, o Município adjudicou a construção do sistema elevatório de águas residuais domésticas da Quinta dos Farias (Pinhal Novo).

Com várias empreitadas a decorrer na área da rede viária, sublinha-se a conclusão da pavimentação da Rua João Loureiro (Aqualva de Cima) e da Rua Humberto Delgado (Venda do Alcaide) e a adjudicação da pavimentação da Rua António Henrique de Matos (Cabanas).

A intervenção no espaço público, com vista à consolidação do tecido urbano e melhoria da imagem, tem marcado o presente mandato. Regista-se a conclusão de obras de requalificação da Praceta Antero de Quental (Bairro da Confidente – Pinhal Novo), trabalhos em curso no Largo da Mitra (Pinhal Novo) e Praceta de Cabo Verde (Palmela) e a contratação da remodelação do Jardim de Cabanas/Largo Dr. Melo e Castro, além da conclusão dos projetos de execução para os parques de estacionamento a criar na Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo) e Rua Orlando Ribeiro (Pinhal Novo). São de referir, também, a recuperação do pequeno anfiteatro do Parque Venâncio Ribeiro da Costa e a beneficiação de muros e muretes no Jardim Joaquim José de Carvalho, ambos em Palmela.

O Dia Mundial da Floresta foi celebrado no Concelho com um conjunto de atividades limitadas pela pandemia, mas que permitiram, ainda assim, o envolvimento da comunidade educativa e a plantação de muitas árvores, em vários pontos do Concelho. Por administração direta ou aquisição de serviços externos, realizaram-se trabalhos de poda e tratamento de árvores e deu-se continuidade à limpeza de lagos, fontes ornamentais e chafarizes. A rede de papeleiras, dispensadores de sacos para dejetos caninos e beateiras foi reforçada em espaços públicos de Palmela e Pinhal Novo.

A equipa do Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela foi reforçada com um novo veterinário, e a rede de abrigos para colónias de gatos foi ampliada com um novo equipamento, na envolvente ao Mercado de Quinta do Anjo. Iniciaram-se os trabalhos preparatórios para instalação do Parque Canino em Quinta do Anjo e a execução do projeto de construção de um parque de recreio, no espaço dos Serviços Operacionais.

No Castelo, foi concluída a importante intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas e a empreitada CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, para criação de percursos acessíveis, entrou na sua reta final. A intervenção de restauro nos janelões da Igreja de Santiago continuou a avançar.

O confinamento obrigou as equipas municipais a manterem uma atitude permanente de experimentação e avaliação de novos modelos de contacto e prestação de serviços aos diversos públicos, maioritariamente, em ambiente digital. A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas tem sabido reinventar-se e, neste período, além de dar continuidade ao projeto “Biblioteca na sua casa”, à produção e disponibilização de conteúdos culturais acessíveis, no âmbito, por exemplo, da “Hora do Conto”, e ao programa de Formação para a Comunidade *on-line*, iniciou o ciclo “365 Dias de Romance: Conversas Literárias”, com a escritora Tânia Ganho, e lançou o concurso literário “O tempo ao contrário”.

De igual modo, na área cultural, o Município e as entidades parceiras apostaram na disponibilização de programas diversificados e de interesse, que permitissem, também, reforçar o apoio ao setor e agentes locais. No âmbito do programa Mural 18, que resulta de uma parceria entre os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o Cine-Teatro S. João acolheu os espetáculos dos Circos Chen e Dallas e “Terra – 100 anos de Astor Piazzolla”, transmitidos em *streaming*, e o Ciclo de Música Santiago, na Igreja de Santiago do Castelo. A Noite das Serenatas e as comemorações do Dia Mundial do Teatro decorreram, também, maioritariamente, por via digital, a par de um conjunto de oficinas artísticas, em áreas como a voz, a fotografia, a dança ou as artes plásticas, sob o lema FAZER CULTURA.

Concluído o concurso de imagem e adiado para maio o *warm up* “Março a Partir” – Concurso de Bandas Amadoras de Palmela, o programa do “Março a Partir” – Mês da Juventude aconteceu, também, em formato condicionado e muito dirigido para o debate e a participação juvenil.

A área desportiva foi particularmente afetada pelas regras do confinamento. Através da iniciativa “Mexa-se em Casa”, o Município procurou promover os ginásios locais e proporcionar à população em recolhimento

propostas de atividade física, para a manutenção de hábitos saudáveis e um maior bem-estar físico e emocional.

No que respeita à rede de equipamentos, é de sublinhar o início da empreitada de requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura, bem como reparações no Espaço de Jogo e Recreio Ferreira da Costa (Poceirão) e a aprovação de um protocolo de cooperação tripartido com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e o Clube Portais da Arrábida, com vista à instalação de uma Pista de *Check-Up* em Quinta do Anjo.

A beneficiação dos Mercados de Produtores do Concelho continua a ser um dos objetivos do Município, apostado no reforço dos circuitos curtos de comercialização e promoção dos produtos locais. Neste sentido, o Mercado de Palmela foi equipado com novas bancas, amovíveis e com cobertura, e concluiu-se a empreitada de requalificação do Mercado de Produtores de Pinhal Novo, com melhores condições de trabalho para quem vende e de acesso para quem compra. É de salientar, também, a conclusão da empreitada de remodelação de interiores da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo, que será um importante apoio à fixação de talento, estímulo ao empreendedorismo e desenvolvimento de novas empresas no território.

Com a desaceleração da atividade turística, o Município continuou empenhado na valorização dos seus produtos e valores autóctones e, a par da dinamização dos Fins de Semana Gastronómicos dos Enamorados e do Queijo de Ovelha, em formato *take-away*, capitalizou este período através da reflexão e preparação, em parceria com as/os agentes do setor, de um importante conjunto de suportes informativos e promocionais, novos percursos e propostas de visitação, programas de iniciativas e oferta integrada.

Com esperança na almejada imunidade de grupo, no início do verão, estamos preparadas/os para retomar o caminho do desenvolvimento sustentável, com notoriedade, capacidade de atração e posicionamento estratégico, no âmbito da AML."

O Sr. Presidente da Câmara acrescenta o seguinte:

"Permitia-me fazer apenas um aditamento, após o parágrafo que fala da área desportiva para referir que o associativismo juvenil, desportivo, cultural, recreativo e de moradores teve também neste período a atribuição de um pacote muito significativo de apoios financeiros, para investimento para a conservação de instalações e equipamento, mas também para a atividade independentemente, enfim, de estarem impedidos da realização de atividade, que tudo junto atingiu o valor de cento e vinte mil euros sensivelmente neste período. Ficaria à disposição para as questões que quisessem colocar acerca do relatório da atividade municipal."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Caros Membros da Assembleia, está aberto o ponto, para alguma intervenção, que queiram fazer?

Tenho um pedido de intervenção em sala, Maria Rosa Pinto.

Há mais algum pedido de intervenção só para gerir um bocadinho. Tenho um pedido de intervenção online de Dulce Marques, há mais algum pedido de intervenção?

Vou então dar a palavra aqui na sala, Maria Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Na página vinte do relatório, verificámos haver mais neste período oito ações interpostas contra o município, totalizam agora setenta e quatro, sendo que transitaram sessenta e seis do ano anterior, iremos pedir um relatório sucinto sobre este assunto de modo a ficarmos esclarecidos.

Tenho que dar os parabéns pela coordenação do Centro de Vacinação Municipal, parece que está tudo a correr muito bem pelo menos, foram as informações que nos chegaram.

Verificámos aqui os apoios às instituições, congratulamo-nos finalmente, já temos uma unidade móvel de saúde, foi por causa do "Covid-19", mas ela veio, coisa que foi proposto até mais que uma, há muitos e longos anos, portanto, congratulamo-nos com isso, mas eu estou aqui para levantar aqui algumas questões.

Na página trinta e seis, eu não consegui perceber bem esta informação, diz assim no primeiro mapa: "instalações de combustíveis período de quinze", se o Sr. Presidente me pudesse esclarecer isto. Depois tenho aqui algumas dúvidas, verifiquei aqui as Augis, mais ou menos a informação é a mesma do relatório anterior, agora tenho aqui algumas dúvidas é na página quarenta e quatro, diz assim a dado passo: "*ligação de ramal de energia elétrica para alimentação do caudalímetro da urbanização Palmela Village, em Quinta do Anjo*", depois mais abaixo, diz: "*aguardava intervenções em fase de adjudicação ou adjudicadas, aguardava adjudicação de procedimento referente ao fornecimento de Grupo eletrobomba submersível para o furo de captação FR2 de Quinta do Anjo*", eu por acaso, não estou bem a ver onde é este furo, mas o Sr. Presidente sabear-me-á dizer, com certeza.

Depois diz na página seguinte: "*intervenções em preparação ou em face de procedimentos, limpeza, análise e desmontagens de eletrobomba do furo de captação F4 da Urbanização, Palmela Village em Quinta do Anjo*", estas manutenções agora é tudo já feito pela Câmara, é isso que eu queria que o Sr. Presidente me confirmasse.

Verificámos que está a decorrer o concurso público da limpeza urbana com recurso a varredora mecânica, gostávamos de saber em que fase está o concurso.

Houve plantações de trinta árvores nos espaço verdes da Quinta do Anjo, não dei muito por elas, mas deve ter sido nalguns locais por onde eu não passei e noutros locais de outras freguesias e faz aqui referência a algum corte de poda de árvores que andam a ser feitas, eu há bocado, quando disse, um bocadinho a organização, porque acompanhei alguns cortes, nalgumas urbanizações, depois, o trabalho parou foram para outro lado e, portanto, não houve trabalho terminado.

Congratulamo-nos com o decurso, já tínhamos dito da Reabilitação da Capela do Cemitério de Palmela, também por nós requerida, na altura ainda me lembro que dissemos que até os vidros estavam partidos.

Depois temos aqui, eu na última Assembleia, levantei uma questão que o Sr. Presidente não me soube responder e quero aqui deixar bem claro, era relativamente àquele Furo de Captação, que foi feito no Clube Portais da Arrábida, se estava em terreno, propriedade do clube ou não? Porque se não estivesse teriam que ser feitas as démarches pela Câmara, para que fosse juridicamente tratado o assunto, portanto, gostava de saber como é que está esse assunto. Agora aqui na página sessenta e seis verifiquei, não sei se a Câmara até não terá dado um contributo porque diz aqui: "manutenção de instalações três mil setecentos e cinquenta, para os Portais da Arrábida, e obras cinco mil, com base num protocolo que é a "*Pista Check-Up de Quinta do Anjo*", não sei quando é que foi assinado o protocolo, ele vai estar vigente até dois mil e vinte e cinco e portanto, o que queremos saber é esse pormenor se efetivamente o assunto foi tratado convenientemente.

Na página sessenta e nove, não consigo perceber, fala aqui: "intervenções concluídas" depois diz assim: "*execução de lombas redutoras de velocidade em vias municipais*" e depois tem três vezes entre parentes "*dois mil e vinte*", não sei se isto foi lapso, ou se eu não estou a entender.

"HUB 10" continua a aguardar o visto do Tribunal de Contas, menciona-se aqui, mas o Sr. Presidente na última Assembleia disse que andavam a tratar de umas expropriações, que o Tribunal tinha levantado esse problema e gostávamos de saber então, qual tinha sido o avanço ou o recuo sobre isso.

Depois na página setenta e um, logo onde diz: "*reparação de grelhas, Freguesia de Quinta do Anjo, serventia do acesso ao cemitério de Quinta do Anjo*", eu não sei quem é que andou a fazer aquela obra, mas que ela teve parada um longo tempo, também esteve.

Vamos requerer nova informação sobre a evolução dos prédios de obras inacabadas, eu já nem falo daquele aqui ao pé do Urbanismo da Câmara, e que gostávamos de saber qual foi o resultado das reuniões que o Sr. ia ter com as Infraestruturas de Portugal no que diz respeito às estradas nacionais mormente a EN/379.

Para já é só, obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mais intervenções?”

Vou passar a palavra a Dulce Marques.”

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

Uma vez mais boa noite a todos novamente na pessoa da Sra. Presidente, volto a saudar todos os presentes da Assembleia e todos aqueles que nos acompanham via digital.

No que ao relatório da atividade municipal diz respeito, dos últimos dois meses, gostaria de deixar três notas:

Uma primeira, relativa à página vinte e oito, de congratulação, pelo facto dos dados relativos à atividade da Comissão de Crianças e Jovens de Palmela, se encontrar a ser revisto pela Autarquia em conjunto com a CPCJ, por forma, a que a informação seja mais real, em conformidade com o que se passa efetivamente e com o trabalho desenvolvido pela autarquia no apoio à CPCJ.

Relembrar que no passado dia oito de abril a Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais reuniu com representantes da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela e com os responsáveis da Câmara Municipal de Palmela pela área social, numa reunião muito profícua e este foi um dos pontos abordado na mesma.

Aproveito para agradecer publicamente a presença do Sr. Vereador Adilo Costa, da Dra. Fernanda Rôlo, das representantes da CPCJ, Dras. Sílvia Contreiras e Cristina Felicíssimo, bem como aos meus colegas deputados municipais António Godinho, M^a João Camolas e Mário Baltazar.

Uma segunda nota, relativa à reabilitação do Centro Histórico da Vila de Palmela mencionada neste relatório na página trinta e um.

Efetivamente, ao contrário do referido neste documento e também veiculado nas redes sociais, a informação que chega a possíveis beneficiários de incentivos previstos na ORU, é parca ou nula.

Neste momento, acredito que se fosse realizado um questionário a todos os proprietários que foram identificados com prédios urbanos devolutos, perguntando se receberam informação concreta quanto a benefícios e incentivos à reabilitação, seguramente a grande maioria responderia que a informação que lhes chegou foi nula.

Há um outdoor em Pinhal Novo, flyers no Gabinete do Centro Histórico e informação no site da CMP, mas efetivamente o movimento que se deseja é que a autarquia apoie os proprietários, os procure e os informe, para que a vila continue a ser habitada e que passe a ter, efetivamente, mais vida.

Esta não é uma questão nova, já foi por mim abordada várias vezes e também pelo meu colega Pedro Biu, pelo que deixo aqui a seguinte sugestão: que sejam criados novos canais de comunicação e informação aproveitando a “*deixa*” do novo FIMOC que entrou em vigor no mês passado a dezoito de Março.

Na sequência desta segunda nota, uma terceira, relativa ao tema *mobilidade*, mencionado na página setenta e dois. Não para me focar na mobilidade no Centro Histórico de Palmela, porque esse, já o sabemos, é impraticável para pessoas com mobilidade reduzida e carrinhos de bebé, por exemplo, mas para partilhar a minha surpresa quanto à “*Bandeira Cidades e Vilas de Excelência - Nível IV*”, recentemente atribuída a Palmela pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade. Quando o concelho continua sem ter uma acessibilidade capaz. Trata-se de uma ineficácia ter uma bandeira desta natureza quando temos um território com problemas estruturais visíveis e sentidos por todas as pessoas que se tentam deslocar de um qualquer ponto do concelho para outro, já para não falar do exterior.

Em dois mil e quatro, Palmela aderiu à “*Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos*” (Associação Portuguesa de Planeadores do Território), tendo sido distinguida em dois mil e sete, com a “*Bandeira de Prata da Mobilidade*” - reconhecimento do empenho do município na eliminação de diversas

barreiras arquitetónicas no âmbito de um projeto-piloto realizado em Pinhal Novo , e em dois mil e dez, "*Bandeira de Ouro da Mobilidade* ", pelo cumprimento de oitenta por cento da eliminação das barreiras urbanísticas na área de intervenção.(APPLA – Associação criada com o objetivo de orientar e auxiliar as câmaras na extinção dos obstáculos que dificultam o cumprimento de tarefas quotidianas aos cidadãos).

Em dois mil e vinte e um, Palmela recebe a "*Bandeira Cidades e Vilas de Excelência - Nível IV*", depois de, em dois mil e dezassete e em dois mil e dezanove, ter recebido as "*Bandeiras de Nível II e III*".

Sr. Presidente, seguramente algo foi feito de positivo para o Município receber tais bandeiras, tendo até recebido o convite para apresentar a nossa boa prática no próximo encontro da "*REDE de Cidades e Vilas de Excelência*", porém permita-me dizer que a construção de rampas e plataformas metálicas no Castelo de Palmela não torna um concelho com quatrocentos e sessenta e dois Km2 mais acessível.

Nos últimos Diagnósticos Sociais, tal como afirma o Dr. Paulo Teixeira da LOGFRAME, o concelho de Palmela é caracterizado pelo isolamento geográfico, problemas de mobilidade, rede de transportes rodoviários deficitários, insuficiente ligação à rede ferroviária, etc.

As empresas que assumem os transportes públicos, não respondem às necessidades. As zonas rurais e os seus habitantes são especialmente penalizados nesta matéria, não só em termos de percursos, mas também em termos de horários das carreiras.

A população com deficiência vê a sua situação agravada pela existência de barreiras arquitetónicas e à mobilidade; Respostas dispersas em termos territoriais; Dificuldade em conseguir apoios para ajudas técnicas; Deficiente desenho do espaço público.

Não duvidando do mérito que o "*Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade - (ICVM)*", criado em dois mil e seis, possa ter ao lançar o programa "*Cidades e Vilas de Excelência*" tendo como missão o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do território e das pessoas que nele habitam ou visitam, partilho em voz alta a questão que me surgiu de imediato: qual o montante da anuidade? Não poderia ser utilizado para tornar o concelho um bocadinho mais acessível? Será por isso que apenas trinta e sete municípios integram esta rede?

Pergunto-me também o porquê de no site desta rede ser feita referência a Pinhal Novo como município integrante da Rede?

Já agora, em dois mil e dezasseis foi assinado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDR-LVT, os contratos relativos ao "*Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU*", o tempo passa a correr, já estamos quase a meio de dois mil e vinte e um, e muitas pequenas ações que permitiriam dar melhor mobilidade e assim melhor qualidade de vida aos municípios de Palmela, ainda se encontram por realizar.

Disse, obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Pergunto se há mais alguma intervenção?

Outros pedidos de intervenção?

Então não havendo pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se quer por favor intervir?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Procurando esclarecer aqui algumas dúvidas interpretativas sobre o relatório, da parte da Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, instalações de combustíveis, enfim, há várias não são apenas postos de combustível que têm que ser licenciados, há várias instalações um pouco por todo o concelho têm depósito de gás e de

outras matérias e portanto têm que fazer armazenamento e tudo isto tem de ser licenciado e muito bem escrutinado.

Depois a questão do ramal, do grupo eletrobomba, do FR2, mais outro grupo, enfim, manutenção das bombas tem que ser feita quando elas estão a apresentar problemas e, de facto, os furos, requerem adjudicações quer para a compra de bombas, quer para a própria montagem e desmontagem, são procedimentos, separados e com tanto as captações que temos no concelho chegou a altura de substituir estas, e é evidente que, se os furos já haviam sido rececionados a partir desse momento, são públicos e, portanto, é o município que tem que fazer a respetiva substituição, aliás, iremos ainda montar equipamento noutras furos que estando feitos, não estavam equipados, mas tudo isso tem que ver com planeamento e com outras prioridades.

A questão das árvores, onde é que foram, por acaso, não estamos a georreferenciar árvores, mas os serviços podem informar onde é que foram e em que ruas, mas as mais visíveis estão ao longo da Ribeira da linha de água junto à Ciclovía de Quinta do Anjo, mas não só. As questões da poda vão sendo feitas priorizando determinadas espécies, aquelas que têm que ter poda em determinados meses e outras que podem passar mais um ano sem serem podadas. Tem sido feito, quer pelos serviços municipais, quer adjudicado a empresas e num caso ou noutro a Junta de Freguesia também intervém, se houver alguma situação que lhe parece atípica ou que estejam a necessitar de algum desbaste, agradeço que faça chegar que nós tomaremos em boa conta.

Depois, o furo de captação no terreno nas instalações do Clube Portais da Arrábida, não tive oportunidade de mandar verificar, mas os furos de captação, não são licenciados pelo município, tem que ter obrigatoriamente um parecer, estando ali em perímetro, mas certamente terá que ver com a piscina e com as instalações que lá têm, não lhe sei dizer, em terreno do município não foi certamente.

Quanto aos protocolos que refere tente perceber do que se trata, efetivamente a "*Pista Check-Up de Quinta do Anjo*" que é uma pista de autodiagnóstico tem um início e uma chegada, tem que ser numas instalações fechadas e o protocolo que celebrámos visa suportar encargos de modificação das instalações para poderem ter acesso ao público mais facilitado pelo exterior e obviamente também visa financiar os encargos que o clube virá a ter que financiar, enfim, apoiar com o controlo, limpeza e a vigilância dessas instalações, porque há um conjunto de outros equipamentos mais delicados, são equipamentos de diagnóstico médico, que têm que estar num espaço encerrado enquanto os outros são pistas informativas com algumas sugestões de exercícios e de atos para autodiagnóstico ao longo de um circuito tipo manutenção para fazerem marcha.

"HUB 10" o que falta, a questão de expropriações e de escrituras que o Tribunal de Contas não aceitou os compromissos e as autorizações para entrarem em obra, quer mesmo escriturar, isto às vezes depende do instrutor do processo, houve obras em que se pode avançar apenas com autorização, noutras obriga a... Neste momento, estamos presos apenas por uma situação, embora, neste momento, já tenhamos feito também uma exposição o Tribunal de Contas evocando outra jurisprudência que nos permita ultrapassar aquele obstáculo; se for acolhido, enfim, dentro de quinze dias teremos resposta positiva para começar a obra se não for acolhido, já temos um outro plano que é alterar o projeto naquele troço com aquela proprietária.

Só para lhe dar aqui nota de alguns pormenores, há coisas que só quem está mesmo a resolvê-las é que vai tendo estas aprendizagens, nós da parte de uma empresa multinacional ligada aos combustíveis, nós tivemos de falar com os representantes em Portugal e representantes no estrangeiro para vir do Centro de Negócios dessa multinacional uma autorização para se celebrar uma escritura de doação, e depois era o problema, de quem é que pagava o imposto de selo, são coisas que o Tribunal de Contas exige e nós, obviamente, temos que nos submeter a essas exigências. Esta obra já devia ter começado daqui a pouco há um ano.

Depois, quanto às reuniões com as Infraestruturas de Portugal na EN/379, o projeto de reabilitação foi aquilo que nos foi prometido, a primeira resposta como sabe quer a nós, quer a abaixo assinados da Junta de Freguesia, não está previsto qualquer intervenção na estrada nem sequer de sinalização horizontal. Agora que dissemos que pelo menos a sinalização horizontal, falaram-nos que estão a elaborar um projeto de reabilitação para todo aquele troço de estrada, pelo menos do nosso concelho, mas acho que há de ser a estrada toda desde Azeitão até à Volta da Pedra, esperemos que sim, e percebe-se esta tentativa de fazer

este Projeto de Reabilitação, até porque, no âmbito do "2030" do "Plano Nacional de Investimentos" e do próprio "PRR – Plano de Recuperação e Resiliência", pelo menos, o município também propõe coisas que não são para ser o município a fazer, exige que sejam feitas pelo Estado, nomeadamente neste caso concreto, as Infraestruturas de Portugal que têm a responsabilidade, o Estado Central de tratar das infraestruturas rodoviárias de âmbito nacional, estão a elaborar um projeto de reabilitação.

Dulce Marques Membro da Assembleia, sobre o Centro Histórico se a informação chega, não chega, olhe, eu dou-lhe só nota do seguinte, isto é só uma questão de estar no site ou se distribuímos mais papelinhos, ou agora se depois do novo "FIMOC" que, obviamente, após a aprovação irá ser feito um novo caderninho para distribuir às pessoas, mas garanto-lhe o seguinte, no Centro Histórico quem quer conhecer os incentivos à reabilitação, vai ao Gabinete do Centro Histórico e há uma grande interação mesmo em tempos de pandemia à procura, há a necessidade de falar, há necessidade de se aconselhar seja para obras, seja procurar esses apoios, quanto mais não seja, anualmente, quando é necessário fazer o recenseamento dos pedidos de isenção e de redução do IMI, são centenas de processos e garanto-lhe que essas pessoas, esses proprietários do Centro Histórico conhecem, naturalmente os incentivos e quando vão ao centro histórico tem lá o papelinho antes distribuído e continuaremos a fazer esse trabalho de divulgação utilizando os instrumentos que temos e, sobretudo a interação com as pessoas.

Quanto às considerações que fez sobre a "Bandeira da Cidade e Vilas de Excelência", eu também acho quando a Sra. diz que há muito a fazer em matéria de acessibilidade e mobilidade no concelho, também concordo consigo, que ainda há muito a fazer, como há nos outros concelhos todos do país. Se o município desde dois mil e sete, tem recebido estas distinções é porque faz um diagnóstico por zonas e compromete-se a eliminar "X" por cento de barreiras, a fazer "X" por cento de rebaixamentos de passeios em passadeiras, "X" por cento de circuitos acessíveis e confortáveis e ouça, Sra. Membro da Assembleia, é preciso conhecer melhor o concelho e conhecer também melhor a Informação Municipal. Se calhar, V. Exa., que vai pouco a Poceirão, ainda não percebeu que a Aldeia do Poceirão teve uma intervenção em matéria de acessibilidades, não percebeu ainda que na Aldeia de Águas de Moura, e estou a falar-lhe nas partes mais antigas, porque, obviamente, nos novos espaços urbanos, todos eles já respeitam Decreto-Lei 163/2006 e, portanto, também foi feita em matéria de acessibilidades. Depois a bandeira tem que ver com o trabalho no âmbito do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano" que integra o "PAMUS -Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável" que tem tratamento ao nível da mobilidade suave, e este foi um mandato onde se fizeram vários quilómetros de ciclovias e não estão mais feitos sabe porquê? Está tudo encalhado nas Infraestruturas de Portugal. O projeto de Quinta do Anjo a Cabanas, enfim, a Sra. não faz uma pequena ideia, nós diariamente temos que andar a pressionar as Infraestruturas de Portugal, que dizem que também não têm pessoal. Tal como o troço entre Padre Nabeto e Setúbal, que também nem sequer vem o primeiro parecer do que é que entende corrigir ou que tenha que ser corrigido, sendo que o segundo de Cabanas, já foram as versões corrigidas para lá, no entanto, já passaram mais de dois meses e temos que andar todos os dias a telefonar.

Mas para lhe dizer que é preciso considerar também que as intervenções que têm sido feitas no Jardim José Maria dos Santos, no Parque Intermodal Pinhal Novo Sul, que deu origem a Bandeira de nível três, porque o que é valorizado neste novo conceito de cidade e de apropriação do espaço público é precisamente a intermodalidade, que conjuga um corredor ciclável, passeios e pavimentos confortáveis e acessíveis, ligação com ciclo parques e todas essas zonas foram qualificadas de acordo com as melhores práticas, sendo que esta questão ainda depois tem que se cruzam com outros aspetos que hoje, o que está aqui em causa é também outro tipo de modernização desde a iluminação ao wireless, etc., mas, para já a intermodalidade, modalidade suave, tomada e largada de passageiros, a obra que está a ser feita no Largo da Mitra que tem também esse mesmo conceito e que vai poder visitá-la quando ela estiver, obviamente concluída e perceber a intervenção que lá foi feita.

O "CAFA - Castelos e Fortalezas da Arrábida - Castelo de Palmela" é, de facto, uma obra desafiante complexa que implicou um trabalho aturadíssimo com a Direção Geral do Património Cultural, e que embora já existam um pouco por todo o mundo e eu conheço felizmente muitos monumentos e também em Portugal que foram intervencionados com plataformas metálicas de acesso acima, a baixo, etc.,etc., o nosso foi considerado uma boa prática, agora se a Sra. quer desvalorizar a importância da rede, quer na sua conceptualização, quer nos contributos que tem dado inclusivamente para a produção legislativa do país,

porque fique a saber que o Instituto, com a Sra. Secretária de Estado da Reabilitação e outros tantos governantes, é habitualmente consultor, para aquilo que devem ser as práticas de mobilidade acessível nas cidades em matéria de regulamentação, são eles os consultores, por exemplo, para o Projeto "R.A.M.P.A. - Regime de Apoio aos Municípios Para a Acessibilidade", quer dizer, se as pessoas nos avaliam e consideram que temos mérito no trabalho feito, nós ficamos felizes, mas, como eu disse na altura da cerimónia é sobretudo uma grande responsabilidade, porque sabemos que ainda temos muitos outros pontos do território para melhorar, se a Sra. quiser cruzar isto com os transportes, e que não há transportes, etc., etc., voltaremos a repisar outras opções políticas ao longo de muitos anos, acerca da privatização, de empresas de transportes rodoviários, etc., etc., e isso cada partido tem a sua responsabilidade e ponha a mão na consciência, mas o que lhe posso dizer é que o município também nessa matéria, no âmbito do Contrato Inter-Administrativo, que celebrou com a Área Metropolitana de Lisboa e que tem dado origem a esta grande revolução nos transportes e ainda hoje falámos nisso no Concelho Metropolitano, lá está o Tribunal de Contas a pôr questões à concessão, que está preparado para o concelho correspondendo a um acréscimo na ordem dos cento e quarenta por cento da oferta e que eu espero que, para além do aumento da oferta ela tem que ser testada, nós já estamos a preparar metodologias de trabalho para a correção da oferta, quer dizer, isto ainda não começou, há de começar se calhar logo no início do próximo ano e os municípios já estão a preparar mecanismos para depois se ir adequando a oferta à procura e tem uma rede de capilaridade, nalguns casos quase que é transporte flexível e vamos ver se depois há utilizadores que o justifique.

Sra. Membro da Assembleia, que há trabalho a fazer nesta área ele é infundável, até lhe quero recordar mais a opção que fizemos da requalificação de arruamentos no Centro Histórico é uma obra de infraestruturas, mas é uma obra de mobilidade e de acessibilidade, que depois cada um diz: "Não, eu gostava com passeio, sem passeio, mas os Srs. podem fazer assim e assado", mas visite outros Centros Históricos para perceber o que é que foi feito e porque é que também é uma obra considerada positiva neste domínio e bem pontuada.

Depois questões de estacionamento, sem dúvida, temos défice de estacionamento em muitos centros e em muitos pontos do mundo e do país, há várias soluções para isso, a primeira é reduzirmos o transporte individual e passarmos à mobilidade suave e a outras modalidades alternativas e ter circuitos que se possam fazer a pé, com conforto e sem barreiras.

Ficamos felizes por ser distinguidos por entidades idóneas e ficamos comprometidos em continuar a fazer muitas outras intervenções neste domínio.

Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, estamos a chegar à meia-noite e vamos passar nesse caso, ao ponto seguinte se não era mais nenhuma intervenção sobre este tema.

Entramos diretamente então no ponto número dois, Regulamento dos Mercados Locais, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se querem introduzir o tema?"

PONTO DOIS – Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, pedindo também, que a proposta seja transcrita na íntegra para a ata.

(O Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela tem por objetivo, estabelecer as normas relativas ao processo de admissão de produtores, de organização e de funcionamento daqueles mercados de produtores, os quais se destinam ao comércio, divulgação e promoção da produção local do concelho.

O Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela dá cumprimento ao estipulado no Regime Jurídico Aplicável aos Mercados Locais de Produtores, pelo Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio e tem como objetivo, prosseguir a estratégia de valorização da produção local, contribuindo para a geração de um quadro de desenvolvimento sustentável, constituindo-se ainda como um estímulo para a economia local, criação de emprego e valorização dos circuitos curtos agroalimentares.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 23 de maio de 2019, foi aprovado o início do procedimento de aprovação do Projeto de Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela.

Assim, decorrida a publicitação do início do procedimento, bem como o período de constituição de interessados/as e de consulta pública, sem que tenha havido qualquer participação, e no uso dos poderes regulamentares conferidos às Autarquias Locais pela própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112.º, n.º 7 e 241.º), competências previstas na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º e nas alíneas k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda o preceituado no Código do Procedimento Administrativo (CPA) (cf. artigos 97.º e seguintes), elaborou-se o presente Projeto de Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela.

Propõe-se assim que, em cumprimento do disposto no artigo 101.º, n.º 1, do CPA, publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o Projeto de Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela para efeitos da sujeição do mesmo a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do n.º 1, do artigo 101.º, do CPA, porquanto a natureza da matéria claramente justifica a observância deste trâmite;

- Caso não ocorram alterações ao texto final proposto, em resultado de consulta pública, considerar esta Câmara Municipal, desde já, aprovado o projeto de Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela, desta feita para efeitos da sua aprovação final e reenvio para deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, ao abrigo da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.)

O Sr. Presidente acrescenta o seguinte:

Quero apenas recordar que encetámos este procedimento, primeiro de audiência e depois de consulta pública deste "*Projeto de Regulamento dos Mercados locais de Produtores do Concelho de Palmela*" que na sequência da consulta pública não foram produzidas quaisquer pronúncias e por isso, o Regulamento vem tal e qual como foi para consulta, para efeitos de aprovação final por este órgão municipal, queria só dizer que, obviamente apesar de não ter havido pronúncia na consulta, que a atualização que foi feita ao regulamento não decorreu apenas de aspetos legislativos, mas decorreu também de contributos colhidos, fruto da experiência da adequabilidade ou não do anterior regulamento, mas de contributos também dos próprios produtores e operadores destes mercados.

Disse."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia alguma questão sobre esta proposta por favor?

Sr. Membro da Assembleia António Godinho por favor."

O Sr. António Godinho do PS:

"Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes no Cine Teatro São João, e os que seguem os trabalhos nesta Assembleia, por meios digitais.

O Partido Socialista congratula-se com a elaboração de um Regulamento dos Mercados Locais de Produtores do Concelho de Palmela, que é realmente uma peça indispensável na regulação de uma atividade que tem o mérito de dinamizar o comércio de produtos locais e os pequenos comerciantes que os produzem e comercializam. O Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta esperando apenas que a Câmara Municipal de Palmela, cumpra rigorosamente a sua função de fiscalização para evitar abusos e aproveitamentos sempre indesejáveis e sempre injustos para quem cumpre todos os normativos.

Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Pergunto se há mais algum pedido de intervenção, sobre esta proposta?

Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer intervir?

Muito bem, vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passamos então ao ponto três.

Pergunta ao Sr. Presidente se quer introduzir o tema?”

PONTO TRÊS – Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, para a transferência da dominialidade de troço da Avenida da Liberdade, em Águas de Moura

O Sr. Presidente da Câmara:

“Uma breve introdução, se me permite Sra. Presidente.

Este Acordo de Mutação Dominial com as Infraestruturas de Portugal para a transferência da dominialidade do troço da ER/5, Avenida da Liberdade e Rua Fundação Calouste Gulbenkian em Águas de Moura.

Há anos que a população nos vinha colocando questões de preocupação sobre o intenso tráfego, as velocidades e também o estado de conservação da sinalização horizontal e também de algumas zonas do pavimento que se desagregava e o município, naturalmente, remetia essas preocupações e esses pedidos para as infraestruturas de Portugal.

Nos últimos anos, fizemos uma obra da rede viária, lá está que tem que ver com acessibilidades, também outra revolução, melhorando a mobilidade com a construção de passeios e a construção de valeta espraiada de grande dimensão ao longo de toda a Avenida Fundação Calouste Gulbenkian, que permitiu um conforto de circulação nas bermas e uma melhoria na arrumação do espaço público e do estacionamento ao longo daquela avenida, quando ali interviremos tivemos oportunidade, enfim, tivemos de ser licenciados pelas próprias Infraestruturas de Portugal e que tivemos oportunidade de voltar a dizer, olha agora que fizemos esta intervenção nas bermas, passeios, ligações entre a Urbanização do Sobreiro e o centro da Aldeia, uma lógica até de promoção da ida das pessoas a pé à baixa comercial de Águas de Moura, onde fizemos também intervenções de rebaixamento, passeios e pitonados e outros em matéria de acessibilidades, convidámos as infraestruturas de Portugal a fazerem estas intervenções de melhoria. Não foi possível nesse ano, mas no ano seguinte, na Semana da Freguesia trouxemos ao local, técnicos das Infraestruturas de Portugal e responsáveis já ao nível da decisão da direção e concluiu-se que a solução estaria até por outras

questões de sinalização que temos ali opiniões diferentes, onde é que se deve parar, onde é que não se deve parar, estacionar, que a solução seria aproveitar neste caso, a oportunidade constante do plano rodoviário nacional para que uma estrada regional pudesse ser integrada na rede municipal, através, naturalmente, daquilo que nós consideramos que são contrapartidas justas que é um valor para a reabilitação da estrada, para sermos nós a fazer a obra e a empreitada e introduzimos aqui também em matéria de sinalização um outro aspeto importante que vai ao encontro das preocupações da população que é um semáforo limitador de velocidade a ser colocado numa determinada zona da Avenida da Liberdade, para cercear ali um bocadinho o ímpeto das velocidades, seja de ligeiros, seja de pesados.

As negociações nunca são fáceis, nós achamos que devia ser mais dinheiro, mas, os valores são justos, tem inclusivamente o caderno de encargos já contratualizado e se a Assembleia concordar que este troço de estrada passe então para a posse do município e dizer que daqui para a frente e depois desta obra a estrada é municipal e, portanto, cabe-nos a nós todas as intervenções em matéria de gestão, sinalização, conservação, aquilo que houver a fazer, passa a estar integrado na rede municipal, mas cremos que há vantagens que nestes troços urbanos e, quando houver estes mecanismos de compensação, porque ao entregarem uma coisa têm que entregá-la em condições, como nós defendemos que elas devem estar.

Isto tem claras vantagens para os residentes, para os nossos munícipes, sejam os de Águas de Moura, sejam os de outras localidades que por ali passam e tem, obviamente, a vantagem também defender o interesse público com esta responsabilização, com alguma compensação para a conservação.

Disse.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigado, Sr. Presidente, caros Membros da Assembleia, alguma questão sobre este tema?”

Temos um pedido de intervenção do Sr. Membro da Assembleia, Carlos Silva.”

O Sr. Carlos André Silva do PS:

“Boa noite Sra. Presidente, saudar a todos na sua pessoa, todos os autarcas presentes, todos os munícipes estão a assistir em direto e depois vão ver em diferido, agradecer também aos funcionários municipais pelo carinho demonstrado na logística aqui da operação da nossa sessão, muito obrigado.

Em relação à questão aqui do ponto três da Mutação Dominial, vamos votar favoravelmente, sabemos que é da vontade das populações em relação aqui à Avenida da Liberdade e que é um canal de comunicação de extrema importância onde está até sediado o Quartel dos Bombeiros Voluntários e que, faz uma grande articulação com as funções comerciais, das ruas transversais e assim com a EN/10 e, portanto, a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente.

Saúdo-vos a todos, disse Sra. Presidente, obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Mais alguma intervenção?

Vamos então votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passamos ao último ponto, Autorização para assunção de compromissos, pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar.”

PONTO QUATRO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre Tejo e Sado)

O Sr. Presidente da Câmara:

“A proposta não requer grandes considerandos, ainda há pouco comentávamos há municípios que já não têm esta prática, dividem-se na opinião, se vale a pena ou não trazer isto à Assembleia Municipal, nós entendemos que sim, primeiro por uma questão de transparência, segundo também por uma questão de prudência, porque lá está, às vezes o Tribunal de Contas, para uns exige uma coisa, para outros, exige de forma diferente, depende muito de quem aprecia e do instrutor e, portanto achamos que deve de ser trazido e até porque temos aqui os encargos e os compromissos para os anos seguintes que decorrem da contratualização deste empréstimo, ficamos todos a conhecer melhor.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem.

Alguma questão sobre esta proposta?

Temos um pedido de intervenção em sala, Maria Rosa Pinto.

Pergunto se há mais alguém?

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“A Caixa Agrícola também não está cá para fazer a defesa da honra. Aproveito esta proposta para demonstrar o que é que a Câmara também já demonstrou e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, pelo lamentável encerramento da Agência Bancária da Caixa de Crédito Agrícola em Quinta do Anjo.

Se eu disso soubesse não tinha aprovado este empréstimo, sou muito sincera, não que a Câmara não precisasse do dinheiro, mas teriam a minha abstenção.

Relativamente a estas amortizações são para os anos seguintes já do outro mandato, mas, como têm que depois fazer o orçamento, eu também sou de opinião que isto venha à Assembleia, não nos oporemos a isto e relativamente à Caixa Agrícola, muito lamentamos a posição.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Alguma, intervenção mais?

Não vejo nenhum pedido e nesse caso votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, nomeadamente a quem não está em sala se há alguma questão, se não houver, mais nenhuma questão e terminado que está o nosso último ponto da ordem de trabalhos, vamos encerrar a reunião, desejo a todos os Membros da Assembleia que estão fora assim como os mesmos que estão na sala e aos nossos técnicos, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores o resto de uma boa semana, um excelente dia 1º de Maio e vamos reencontrar-nos na sessão de maio, antes ainda daquele que será o momento também de comemoração, em moldes ainda a ver, mas comemoração do Dia do Concelho no dia primeiro de junho.

Para já, Viva o 1º de Maio, um excelente dia para todos, muito obrigada.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e dois minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos trinta dias de abril de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete